

PLANEJAMENTO DE ENSINO



Objetivos de Aprendizagem

- Conhecer os documentos da Educação no âmbito nacional, estadual e institucional que implicam no planejamento escolar, a fim de compreender como é pensado o currículo escolar que embasa o plano de aula.
- Refletir sobre a pesquisa docente, para conhecer a relevância dessa ação no plano de aula.
- Analisar os elementos essenciais do plano de aula, bem como compreender a relevância desse registro, a fim de desenvolver as habilidades necessárias para realizá-lo.

Plano de Estudo

A seguir, apresentam-se os tópicos que você estudará nesta unidade:

- Caminhos do planejamento escolar
- Pesquisa docente
- Plano de aula

INTRODUÇÃO

Olá, seja bem-vindo(a)! Nesta unidade, apresentamos como se constituem os planejamentos em ambientes formais (escola) e não formais de aprendizagem. Para tanto, precisamos conhecer os documentos da Educação de âmbito nacional, municipal e institucional que implicam no planejamento escolar, a fim de compreendermos como é pensado seu currículo e o que embasa o plano de aula. Dessa forma, pretendemos proporcionar uma visão linear dos encaminhamentos pedagógicos dentro da escola.

Também abordamos a pesquisa docente, bem como a dos profissionais que atuam nos ambientes não formais, para que você, caro(a) aluno(a), possa refletir e compreender a relevância dessa dedicação para um plano de aula e para diversas execuções de trabalho de forma satisfatória e eficaz. Sendo assim, é importante que vocês, enquanto futuros profissionais, saibam o que é pesquisa, como pesquisar e porque ela se faz necessária.

Por fim, veremos que todas essas ações são indispensáveis para o registro do plano de aula docente; ele norteará todas as ações pedagógicas, sobretudo as do professor em sala, para facilitar a mediação dos conhecimentos e promover o ensino e a aprendizagem de qualidade. Veremos também que os planos de ação nos campos de atuação não formal dependem de planejamentos que os antecedem. Para tanto, é preciso desenvolver as habilidades requisitadas na elaboração do plano de aula, por isso proporcionamos a análise dos elementos essenciais desse instrumento.

Com essa unidade, esperamos que você, caro(a) aluno(a), compreenda a importância das ações pedagógicas que se iniciam, em âmbito nacional, por meio do Estado, mas que somente se efetivam pela prática docente. Por isso é tão importante que cada professor dê valor ao plano de aula, à pesquisa e à organização, a fim de estabelecer boas metas e estratégias para alcançar o ensino de excelência e a aprendizagem de qualidade para todos os alunos.



CAMINHOS DO PLANEJAMENTO ESCOLAR

Prezado(a) aluno(a), ao longo das unidades anteriores, enfatizamos aspectos relacionados à Didática, desde os períodos mais remotos da educação até a contemporaneidade. Tudo que foi exposto sobre essa temática foi planejado por aqueles que hoje estudamos, como Comênio (2001), que para desenvolver a *Didática Magna* planejou desde as ações pedagógicas mais simples até as palavras certas para expressar e exemplificar de forma escrita o que pensava ser melhor para a educação de seu tempo.

O que gostaríamos de salientar, portanto, é que o planejamento faz parte de uma boa didática, que por sua vez se expressa na elaboração de um plano de aula, na execução do mesmo e na avaliação honesta que o docente faz de seu aluno e de sua aula; o mesmo ocorre com os demais profissionais e seu público, visto que o ensino ocorre em diversos espaços; todo ensino, incluindo o que ocorre em ambientes não formais, necessita de planejamento. Isso significa que não existe um bom profissional sem uma boa didática e não existe didática sem planejamento. Por isso, o que veremos ao longo desse capítulo são considerações teóricas pautadas em boas didáticas.

Nesse início de discussão, gostaria de lhe fazer duas perguntas para que reflita com base em sua vida cotidiana: a) o que você entende por planejamento? b) Você costuma planejar? Às vezes não nos damos conta de todas as ações planejadas que realizamos, desde atividades simples como nossa rotina diária, até eventos grandes como viagens. O intuito dessa pergunta é fazer notar a importância que o planejamento possui em nossas vidas.

Para Ostetto (2000, p. 177), planejar é estabelecer metas, “[...] se programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas”. Dessa forma, pessoas que planejam tendem a se deparar menos com empecilhos. Vejamos: entre uma pessoa que planeja seu dia e outra que prefere fazer suas atividades sem planejamento, quem aproveita mais o tempo? Entre uma família que planeja suas despesas mensais e outra que prefere gastar sem preocupações, qual tende a chegar ao fim do mês com as finanças no vermelho? Entre um grupo que planeja sua viagem e outro que não o faz, qual possui mais chances de conhecer mais lugares em tempo hábil e com menos gastos? Assim, o planejamento se faz necessário em todas as nossas atitudes, seja no contexto pessoal, profissional e/ou acadêmico.

Voltemos à primeira pergunta. Planejamento é uma antecipação mental sobre as práticas a serem realizadas, não apenas por se tratar de uma tarefa que se faz antes de agir, mas também por ser uma atividade que norteia nossas condutas (VASCONCELLOS, 2000). Se tratando de planejamento escolar, consideramos que é um processo de reflexão sobre as atitudes docentes e envolve todas as ações e situações do educador no seu cotidiano pedagógico. Essa ação precisa de uma “atitude crítica por parte do educador diante de seu trabalho docente” e não é uma fórmula pronta e acabada, pelo contrário, precisa ser flexível a ponto de permitir que o profissional repense constantemente sua prática pedagógica (OSTETTO, 2000, p. 177).

Diante do exposto, podemos passar para a segunda questão: Você costuma planejar? Caso a resposta seja não, permita-me fazer um convite. Comece hoje a planejar uma ação cotidiana, como exemplo, o estudo da nossa disciplina. Monte um plano que o ajude a organizar os conteúdos, os materiais e o tempo necessário para seus estudos. Assim, poderá iniciar a vivência dessa ação e, com

a prática constante da mesma, desenvolverá as habilidades necessárias para um bom planejamento. Quando for um profissional da educação já terá o costume de planejar, o que é extremamente necessário na docência, como veremos ao longo desta unidade.

Segundo Vasconcellos (2000), planejar é buscar uma organização. Contudo, para que haja planejamento, precisamos saber o que buscamos. Ninguém planeja uma viagem sem saber seu destino. Dessa forma, para saber o caminho a ser trilhado devemos saber o ponto de chegada. Em palavras simples, caro(a) aluno(a),

planejamento é o caminho que construímos para chegar ao nosso objetivo, por isso, tanto o caminho quanto o objetivo devem ser bem definidos.

Em parágrafos anteriores, mencionei que uma boa didática só é possível com planejamento. Ambos se fazem presentes nas atitudes de filósofos, educadores e outros que assumiram o papel de ensinar, seja em ambientes formais ou não formais de educação. Isso mostra que planejamento escolar não é algo recente, oriundo de uma tendência nova, porém, a palavra que denomina essa organização, nasceu apenas no século XIX. Essa prática existe desde o início da educação institucionalizada, ainda que não com a denominação de planejamento. Antes de explanarmos sobre o planejamento que conhecemos atualmente, precisamos de uma retomada histórica para compreender como foi a caminhada desde sua origem.

Na Idade Média, a educação era restrita a quem detinha o poder e ocorria apenas em mosteiros, reinos e lugares pertencentes ao clero e à nobreza. Destinada apenas a homens ricos, sendo executada em atendimentos individuais, a educação da Idade Média foi alvo de grandes críticas de Comênio (2001), que, como observamos em capítulos anteriores, se propôs a mudar a educação por meio da *Didática Magna*.



SAIBA MAIS



Ficou curioso sobre a educação da Idade Média? Assista ao filme “O nome da rosa”, direção de Jean-Jacques Annaud, lançado em 1986. Ele mostra como o saber era repassado e qual a importância de ter domínio da leitura e da escrita, que eram consideradas armas poderosas em um tempo em que apenas clero e poucos nobres detinham o poder das palavras.

Veja a ficha técnica completa do filme ao final deste capítulo.

Fonte: as autoras.

A educação para o povo, com ensinamentos coletivos, foi apenas uma das reivindicações de João Amós Comênio. Também é a partir de sua referida obra que podemos falar em Didática, sendo um marco no que se refere à educação institucionalizada, como ele sugeriu (COMÊNIO, 2001). Apesar de já existirem Academias (hoje conhecidas como Universidades, ou seja, instituições que ofertam ensino em nível superior) que pluralizavam a educação “superior” para jovens e adultos em grupos, bem como as escolas catedrais do século XII que repassavam os conhecimentos das sete artes liberais (gramática, retórica, dialética, geometria, aritmética, astronomia e música) para turmas de alunos, não podemos afirmar que havia planejamento, o que seria anacrônico. Contudo, sabemos que as artes supracitadas compunham um currículo, logo, os professores precisavam organizar-se para repassar os conhecimentos para todos os alunos. Aqui nos deparamos com aspectos que hoje conhecemos como planejamento.

Em sua obra, Comênio (2001) rebate o ensino individualizado e restrito com o argumento de que se deveria objetivar o compartilhamento dos conhecimentos, sobretudo de leitura e escrita, para grupos de alunos. Também enfatiza a necessidade de organizar esses conteúdos, uma vez que muitas matérias eram ensinadas ao mesmo tempo e de forma desordenada. Para tanto, sugeriu propostas que incluem a organização de conteúdos e outros aspectos da educação escolar institucionalizada:

Na escola reina a confusão, pelo fato de se querer meter na cabeça dos alunos muitas coisas ao mesmo tempo. Por exemplo: gramática latina e gramática grega, retórica e talvez ainda poética [...] abstenhamo-nos de querer ensinar a dialética a quem estuda gramática; e, enquanto a dialética afina a mente, que esta não seja perturbada pela retórica [...] para não cairmos, de uma maneira ou de outra, em embaraços, pois, quem pensa em muitas coisas ao mesmo tempo arrisca-se a não compreender seriamente nenhuma delas (COMÊNIO, 2001, p. 217-218).

A partir da obra supracitada podemos discutir sobre planejamento, visto que, ainda sem mencionar essa palavra, ela propõe uma nova organização do ensino. Ao longo dos anos vemos outros modelos de educação, agora institucionalizada, que avançaram em termos de organização.

Aqui no Brasil, por exemplo, a educação institucional iniciou-se com a escola jesuíta, que tinha como plano de estudo o *Ratio Studiorum*, que vimos em capítulos anteriores. Esse manual apresentava em seu interior métodos de ensino, orientações para organização do professor, em sala de aula, e o currículo, a saber: Teológico (Teologia Escolástica, Teologia Moral, Sagrada Escritura e Hebreu), Filosófico (Lógica e introdução às ciências, Cosmologia, Psicologia, Física, Metafísica e Filosofia moral) e Humanista (Retórica, Humanidades, Gramática Superior, Gramática Média e Gramática Inferior) (FRANCA, 1952). Mais tarde, essa estrutura curricular passou a ser utilizada, também, nas Universidades europeias.

Caro(a) aluno(a), perceba que a história da Didática e das formas de organização do ensino é extensa, mas precisa ser compreendida. Aqui priorizamos alguns recortes históricos que são mais significativos para os objetivos da nossa disciplina, mas você pode aprofundar seus conhecimentos por meio das leituras complementares. Algumas sugestões estão no final deste capítulo, bem como indicações de filmes que ajudam



Figura 1 - A Primeira Missa no Brasil, quadro de Victor Meirelles
Fonte: Wikimedia.

a compreender o contexto em discussão.

Adiante, salientamos a educação escolar no Brasil após as escolas jesuítas, a fim de traçar os caminhos até a consolidação do planejamento na escola e em ambientes não formais de aprendizagem. Conforme observado em parágrafos anteriores, a Companhia de Jesus já seguia um manual para educação escolar, que segundo Franca (1952) continha um currículo pré-estabelecido, as ações docentes e discentes esperadas e orientadas, dentre outros aspectos similares ao que conhecemos hoje, como os documentos referentes aos currículos, metas e projetos da educação escolar. Esse complexo de organização pode ser entendido, atualmente, como um planejamento.

As escolas tradicionais que surgiram no Brasil após as escolas jesuítas também seguiam um planejamento, ainda que não se mencionasse essa palavra. Era um modelo rígido, engessado, em que o professor selecionava os conteúdos e transmitia o conhecimento pronto e acabado, como uma verdade absoluta, seguindo as exigências sociais da época, a fim de formar o cidadão moral e cívico ideal para sua sociedade. Essa educação permaneceu elitizada até meados do século XIX, quando as escolas públicas para atender classes populares foram inauguradas (SOUZA, 2006).

Chegamos ao marco histórico em que a palavra planejamento finalmente surgiu. Segundo Saviani (2010, p. 382), o termo originou-se em meio a Revolução Industrial no século XIX. Começamos a ver nitidamente a influência da sociedade, sobretudo do mercado de trabalho, na educação escolar. Nesse ínterim, as escolas começaram a incorporar o termo. Na época, ainda com tendências pedagógicas mais tradicionais, os planejamentos escolares eram de inteira responsabilidade do docente, pois “[...] a iniciativa cabia ao professor, que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório [...]”. A partir de então, iniciou-se o desenvolvimento da ação de planejar dentro dos ambientes de aprendizagem.

Posteriormente, as tendências pedagógicas continuaram a utilizar o planejamento em suas ações. Na escola nova, já no século XX, por exemplo, essa ação ocorria em conjunto, ou seja, professor e alunos discutiam os conteúdos a serem estudados e, a partir de então, eram estabelecidos os procedimentos de ensino (BEHRENS, 2009).

Na tendência tecnicista o planejamento do professor se embasava no estímulo/resposta necessários para atingir o desempenho esperado do aluno. De acordo com Arruda (2015, p. 243):

Na década de 1970, em São Paulo, a forma de desenvolver o planejamento sofreu influências tecnicistas – produtividade, eficiência e eficácia do ensino. Foi também nessa década que se deu a aprovação da Lei n. 5.692, que forneceu as primeiras diretrizes e bases dos Ensinos Primário (Fundamental) e Médio. Além disso, ainda no contexto do regime militar, na segunda metade da década de 1960, foram firmados os acordos MEC-USAID, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), para promover a reforma do ensino brasileiro.

Diante do exposto, podemos afirmar que a partir da década de 1970 houve uma intensificação do planejamento nas escolas e nos ambientes não formais de aprendizagem. Podemos observar que, desde a escolarização da classe popular, a educação teve como fim preparar o sujeito para sua participação na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho. Como já exploramos em capítulos anteriores, no período tecnicista, mais do que nunca, ficou nítida a influência do mercado sobre a educação, pois a demanda social era de pessoas especializadas em determinadas atividades, logo a educação escolar para as massas deveria formar esses sujeitos.

Considerando o contexto social e suas necessidades, criaram-se os currículos e, desde então, o professor realiza seus planejamentos para atingir o objetivo estabelecido. Segundo Turra et al. (1995, p. 19), a escola tecnicista teve um processo conturbado no que corresponde a “[...] racionalização das atividades do professor e do aluno, na situação de ensino e aprendizagem, possibilitando melhores resultados e, em consequência, maior produtividade”. Nesse contexto, o planejamento foi de fundamental importância para nortear as atividades docentes e chegar ao objetivo.



Figura 2 - Industrialização: Linha de montagem de Ford (1913)

Fonte: Wikimedia.

SAIBA MAIS



As instituições de ensino estão inseridas em sociedades que, a cada tempo, possuem demandas diferenciadas. Tanto a sociedade influencia a escola quanto o inverso, logo, esse condicionamento leva as instituições a formarem cidadãos que atuem de forma eficaz em sua sociedade. A educação tecnicista surgiu para atender a demanda social do contexto capitalista, em que o mercado de trabalho precisava de pessoas mais qualificadas, especialistas, que além de ler e escrever soubesse manusear máquinas, dentre outras habilidades mais complexas.

Considerando o exposto, o filme “Tempos Modernos” (1936), de Charlie Chaplin, retrata bem os meios de produção em que emergiram o tecnicismo e o trabalho profissional que se pluralizava no mercado. A educação precisava atender essa demanda. Veja a ficha técnica completa do filme no final deste capítulo.

Fonte: As autoras.

Em 1961, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil. Por meio dessa lei, o estado passa a delinear a educação escolar no que tange a investimentos, metas, dentre outros compromissos com a sociedade. A partir de então, o professor precisou conhecer mais sobre as políticas e exigências do Estado para a educação.

Na sequência dos acontecimentos históricos acerca do planejamento, surgiram as escolas progressistas, nas quais o professor precisava planejar suas aulas considerando o diálogo e a mediação entre o objeto de ensino e o aluno (BEHRENS, 2009). Dessa forma, percebemos que o planejamento não é algo recente, apesar de a palavra ser moderna. Essa ação vem se ampliando no contexto escolar, o que antes era apenas responsabilidade do professor tomou uma dimensão nacional. Além disso, o planejamento é presente inclusive em ambientes não formais de aprendizagem, sempre considerando a sociedade em que estamos inseridos.



REFLITA

Saindo do contexto escolar, você acredita que outros profissionais também precisam de planejamento? Por exemplo, um empresário ou um chefe de cozinha. Considerando os ambientes não formais de aprendizagem, será que os profissionais desse meio também necessitam de planejamento?

Como vimos, no início deste capítulo, planejar é antecipar as ações mentais, a fim de organizá-las para suas execuções diversas. Dessa forma, qualquer profissional que não planeja suas atividades corre o risco de fracassar.

Ao contrário do que muitos pensam, atualmente, o planejamento escolar não se limita ao plano de aula que o professor precisa realizar para lecionar. Na verdade, esse é o produto final de todo o processo de planejamento que acontece na educação escolar. Essa ação inicia-se com o Estado, por meio de políticas educacionais que atendam as demandas da sociedade como um todo. São documentos que estabelecem as metas da educação institucional, a exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE). Na Educação Básica, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 15 de dezembro de 2017 para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, e em 14 de dezembro de 2018 para o Ensino Médio. Essa Base estabelece os conteúdos mínimos que devem ser ofertados nas escolas de todo o nosso país, por isso toda a equipe pedagógica deve se familiarizar com ela. Porém, não podemos chamá-la de currículo.

Por currículo podemos entender um instrumento social e cultural que, segundo Moreira e Silva (2002, p. 7-8),

[...] não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relação de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Dessa forma, podemos compreender que o currículo está intimamente relacionado com a concepção de Homem que a sociedade produz para suprir suas

necessidades, que geralmente estão ligadas aos meios de produção capitalista. Diante do exposto, não podemos afirmar que o currículo é um documento neutro que trata apenas da formação humana. Ele possui um viés político, permeado de intenções e visões de quem o produz e se modifica a cada mudança social.

Em cada tendência pedagógica o currículo foi visto de uma forma. Assim, nas teorias tradicionais, o currículo se limitava ao “o que ensinar”. Posteriormente, as teorias críticas ampliaram as reflexões para “por que ensinar”, ou seja, “por que ensinar esse conteúdo e não outro?” (SILVA, 2002). Atualmente o currículo é pensado de forma ainda mais ampla (o que ensinar? Para quem? Por quê? Como?) e passa por diferentes discussões (nacional, regional e institucional), como veremos adiante.

O currículo em discussão nacional remete-nos à BNCC (2017), que foi construída com base nos pressupostos da nossa Constituição Federal de 1988 e em nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9.394 de 1996, com o intuito de padronizar os conteúdos de todo o Brasil, para que alunos de norte a sul tenham acesso aos mesmos conteúdos, afirmando a igualdade de oportunidades.

Foi com a ajuda da população e dos professores da rede pública, sobretudo, que os governantes responsáveis puderam consolidar a Base que precisa ser seguida em todo o país, inclusive pelas instituições particulares. Na BNCC (2017) encontramos os conteúdos mínimos que devem ser trabalhados pelas escolas que ofertam a Educação Básica, bem como as exigências para atender determinadas demandas da sociedade, como o trabalho com as competências e as habilidades de cada aluno, em cada etapa da Educação Básica e em cada disciplina. Vejamos a seguir o conceito de competência para a BNCC:

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 8 – grifos no original).

Em outras palavras, competência é a capacidade teórica e prática que o sujeito possui para desempenhar determinada atividade, por exemplo: você tem competência para dar uma aula de ginástica? Para responder essa pergunta precisa-se levar em consideração os conhecimentos necessários para dar essa aula, como anatomia humana, técnicas e movimentos específicos da ginástica, didática para ensinar, entre outros. Então, você tem competência para isso?

Diante dessa exigência citada pela BNCC (2017), sempre que o professor pensar em um conteúdo de sua disciplina deverá pensar, também, nas competências e habilidades que deverá trabalhar com seus alunos, pois além de conhecimentos teóricos, as crianças e adolescentes da Educação Básica precisam de conhecimento prático, veja a seguir uma das competências gerais que os alunos desse nível de ensino devem adquirir com os conteúdos da BNCC: “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2017, p. 10). Considerando essa exigência, os professores deverão pensar em estratégias de ensino e de aprendizagem que proporcionem aos seus alunos o desenvolvimento dessas competências.

Além disso, temos as habilidades, que, segundo o documento, são práticas cognitivas e sociais que permitem ao sujeito ter competência para exercer suas atividades (BRASIL, 2017). De um jeito mais simples, habilidades são formas de se desenvolver bem as atividades, por exemplo: imaginemos que você dê aulas para uma criança de 4 anos e tenha que explicar o que é um cavalo, pois ela nunca viu; como você explicaria? Eu tenho habilidades para desenhar (motricidade fina aguçada, percepção visual bem desenvolvida etc.), logo, pegaria um papel e lápis de cor para desenhar um cavalo e explicar por meio de uma ilustração.

Vemos que a Base (2017) estipula o currículo mínimo e estabelece exigências que norteiam todo o planejamento escolar, mas não determina a didática do professor. As metodologias, os métodos e as estratégias utilizadas para realizar os processos de ensino e de aprendizagem são de inteira responsabilidade da equipe pedagógica.

Após a aprovação da BNCC pelo Estado, quanto aos conteúdos mínimos a serem ensinados nas escolas de Educação Básica, o Conselho Nacional de

Secretários de Educação (Consed) se reúne com a União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime), Conselho Nacional de Educação (CNE), Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) para debater sobre o currículo ideal para cada estado e seus municípios. Nessas discussões, além dos conteúdos mínimos já estipulados na Base, são consideradas as questões particulares de cada estado e de seus municípios, a fim de elaborar o Referencial Curricular do estado, que será seguido por todas as suas cidades (BRASIL, 2018a; PARANÁ, 2018).

A partir do Referencial Curricular do estado, cada escola construirá o seu planejamento institucional. Sentam-se, nesse momento, diretores, supervisores, coordenadores, professores, auxiliares, equipe de limpeza, associação de pais – que envolve a comunidade escolar –, a fim de construir o documento que apresentará o currículo e determinará a identidade da escola: o Projeto Político Pedagógico (PPP). Nesse documento, é apresentada, com base em preceitos democráticos, a visão de mundo que a escola possui, revelando o que ela entende por educação, conceito que deve ser bem definido por cada professor; qual é o cidadão necessário para a comunidade local; qual é o objetivo da educação dessa instituição; qual é a tendência pedagógica que norteará as ações didáticas; dentre outras perspectivas que apresentem a escola em seus aspectos físicos, filosóficos, políticos e pedagógicos (VASCONCELLOS, 2002).



Esse documento deve ser construído pelos educadores em conjunto com a comunidade local, por isso o PPP é considerado democrático, pois leva em consideração o ponto de vista da equipe diretiva, dos professores, dos pais, dos alunos e de toda a comunidade escolar. Isso ocorre pois a educação ofertada é direito de todos, e toda a comunidade será impactada pela educação a ofertada por aquela instituição (VEIGA, 1995).

Nesse documento – PPP – também são pré-estabelecidas as disposições dos conteúdos determinados pela BNCC (2017) e discussões anteriores. Volta-se à reflexão sobre o currículo, agora dentro da instituição. Segundo Saviani (1991, p. 23), currículo “[...] é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola”. Logo, tudo o que acontece na instituição é currículo. Aqui vemos a identidade da escola, pois esse currículo inclui as experiências vividas por todos os seus integrantes.

O planejamento realizado no PPP é sintetizado, posteriormente, no Plano Anual, documento em que a escola separa os conteúdos e os distribui em semestres e/ou bimestres, a fim de organizar o que será trabalhado e quando. Assim, deve-se pensar em uma sequência lógica, para não propor um conteúdo que não seja a sequência lógica do outro. Depois, cada professor planeja suas ações pedagógicas, considerando os conteúdos a serem ensinados; a ordem destes; a importância de cada um; os objetivos a serem alcançados e como serão trabalhados. Tudo isso será registrado no plano de aula, que pode ser pensado por conteúdos, por meses, por quinzena ou por semana, o que varia de acordo com a organização de cada escola, considerando sua identidade, registrada no PPP.

Vemos, portanto, que o planejamento do professor é o último de uma série de planejamentos que se iniciam em âmbito nacional e vão se afinando a cada processo. Na figura a seguir, podem ser observados de modo sucinto os passos do planejamento escolar:



Figura 3 - Planejamento escolar: âmbito nacional, regional e institucional

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Dessa forma, o professor não é o único envolvido no planejamento escolar. Quando falamos em currículo devemos lembrar que ele começa a ser planejado pelo Estado, em acordo com a população acadêmica e civil, passando por uma ampla discussão até chegar na escola de fato. O professor, mesmo com esses planejamentos prévios, precisa organizar os conteúdos de forma que fiquem didáticos para os alunos. Em suma, o conteúdo que já está estabelecido para o professor, nessa fase, precisa ser pensado por ele com base em sua relevância, os objetivos e a forma com que serão ensinados.

Nos ambientes não formais de aprendizagem, que são assim caracterizados por não possuírem currículo definido, o profissional deverá elaborar o seu planejamento com base nas diretrizes do local em que trabalha, que pode ser uma empresa, um museu, um hospital, dentre outros lugares, onde a aprendizagem ocorre de forma mais espontânea e relacionada com aspectos específicos do local de trabalho.

Na etapa de registro do plano, é necessária pesquisa em muitos quesitos. Ao falarmos no campo da docência precisamos ter claro que o plano de aula não é um mero papel, mas sim um eficiente instrumento de trabalho do professor. Não é uma tarefa fácil realizá-lo, pois precisa de pesquisas: identidade da turma,

como aprendem, qual é o procedimento de ensino adequado para cada aluno, conhecimentos científicos dos conteúdos, formas de desenvolver competências e habilidades etc. Veremos, no próximo tópico, como o professor pode efetuar suas pesquisas para construir seu plano de aula.



PESQUISA DOCENTE

A formação profissional nunca se encerra. Começamos a construir nossos conhecimentos científicos próprios da profissão na graduação, mas não para por aí. O sujeito que se contenta apenas com a formação inicial dificilmente será um profissional próspero e preparado para as demandas da sociedade, visto que são aspectos dinâmicos e o mercado apresenta novos desafios a todo o instante. A graduação é uma base, um suporte teórico e prático inicial que pode amparar as necessidades de um profissional que acaba de entrar no mercado de trabalho.

Nesse meio acadêmico, o futuro professor aprende as teorias necessárias para desenvolver suas aulas e efetivar a aprendizagem, bem como proporcionar o desenvolvimento de seus alunos; por isso é tão importante o contato com as políticas, as metodologias, as psicologias educacionais, dentre outras matérias que você, caro(a) aluno(a), terá contato ao longo do curso, assim como a

Didática. Ao longo do curso você perceberá que todas as disciplinas são essenciais para uma boa didática. Saviani (2003) salienta que o professor, por meio da didática, precisa saber transpor o saber científico em saber escolar, logo, em sua formação deve aprender a trabalhar com os conteúdos em forma de pesquisa, a fim de refletir sobre os mesmos e considerar aspectos como:

- A capacidade de ensinar ou ajudar o aluno a se apropriar do saber; - o domínio dos conteúdos a serem ensinados, o que exige uma visão geral da disciplina (princípios organizadores, campos nacionais, tramas conceituais); - o domínio de instrumentos e habilidades ligados a situações de aprendizagem (previsão, observação, análise, gestão, regulação e avaliação), (SAVIANI, 2003, p. 154).

Considerando o exposto, a formação de professores deve promover instrução, produção, simulação, documentação, retroação e observação, tudo para estimular e capacitar o profissional a fazer pesquisas sobre conteúdos, processos de ensino e de aprendizagem, modelo pedagógico, organização escolar que, como afirma Astolfi e Develay (1991), resultam em uma formação pela pesquisa.

SAIBA MAIS



Discutir sobre a formação de professores é muito importante, pois sempre que é analisada a situação da educação pública, em nosso país, vemos que os índices de desempenho dos nossos alunos, sobretudo nas áreas de português e matemática, são alarmantes. A culpa geralmente recai sobre os docentes, visto que são os responsáveis pela educação escolar.

Precisamos fazer a nossa parte. Você, caro(a) aluno(a), enquanto professor em formação, precisa ser “[...] ator/autor da sua trajetória de vida e emergente da teia econômica, social e cultural em que está inserido e como profissional que busca a formação, reconhecer suas necessidades e as do contexto em que atua [...]” (SOARES; CUNHA, 2010, p. 32). Não basta as universidades oferecerem a educação superior de qualidade, o acadêmico também precisa buscar o que lhe falta, com autonomia em sua própria formação. Somente assim podemos argumentar que o bom sucesso da educação escolar está para além da formação de professores, exigindo investimentos na educação e responsabilizando, também, o Estado.

Fonte: Soares e Cunha (2010).

Ao longo do curso o acadêmico também tem a oportunidade de ter contato com a prática docente, por meio dos estágios, nos quais pode verificar como a teoria se efetiva no contexto escolar, como é a rotina de uma escola, dentre outros aspectos relacionados à práxis escolar. Essa pesquisa de campo proporciona ao acadêmico a superação da dicotomia, entre a teoria aprendida durante as disciplinas e a prática vivenciada no campo de trabalho, pois no estágio o aluno deve perceber, com as mediações docentes, que toda a teoria aprendida nas aulas é necessária para colocar em prática as ações pedagógicas, desde o planejamento até o processo de ensino e aprendizagem.

Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar. A prática, **como componente curricular**, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas (BRASIL, 2001, p. 9, grifos do autor).

Com essa preparação, o futuro professor deve considerar que em seu campo de atuação a teoria sempre deve permear a prática para que a ação seja significativa, sobretudo no que diz respeito ao processo de mediação, também a teoria sempre leva em consideração as práticas já vivenciadas, mas com cientificidade. Essa dicotomia, superada nos estágios, não pode voltar a aparecer quando o professor se forma e assume uma turma.

Por fim, em meio a todo esse contexto, o acadêmico graduando deve aprender a realizar pesquisas científicas, o que se efetiva nas atividades de estudo, na realização de fóruns, no desenvolvimento de projetos de iniciação científica, dentre outras atividades acadêmicas das quais o aluno pode participar, por iniciativa do professor, mas, principalmente, por sua própria iniciativa. Silva e Compiani



(2015) denunciam que a pesquisa por parte dos professores está abaixo do que precisamos no país, pois apenas uma parcela ligada a cursos universitários como os *Stricto Sensu* faz essa tarefa.

Diante desse fato, os autores supracitados salientam a importância de todos os professores realizarem pesquisas dentro de suas salas e escolas de atuação, relacionadas a metodologias e outras investigações sistemáticas e intencionais no trabalho educativo:

A ideia de sistemático se refere às formas de recolher e armazenar a informação, de documentar as experiências de dentro e fora da aula e de realizar registros escritos das situações. A intencionalidade vê a pesquisa do professor como uma atividade planejada e não espontânea, mesmo considerando que nem todos os resultados são provenientes de atividades planejadas. Por fim, a ideia de investigação traz a noção de que a pesquisa gera questões e reflete os desejos docentes de dar sentido às suas experiências, admitindo, com isso, que nem toda pesquisa deve, necessariamente, trazer nova informação, mas deve trazer a possibilidade de se interpretar a informação que já se possui (SILVA; COMPIANI, 2015, p. 1106).

Essa pesquisa docente a que se referem as autoras é diferente da pesquisa metodológica, como ocorre em cursos *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado, por exemplo), pois trata-se de pesquisas produzidas no próprio local de trabalho, a fim de aperfeiçoar as metodologias de ensino e de aprendizagem de um público específico, sem o rigor das pesquisas acadêmicas.

REFLITA



Você já ouviu a expressão: “o professor não está preparado para isso”? Diante de uma adversidade no âmbito pedagógico, qual profissional você será? Estará disposto a encarar os desafios ou dirá “não sou preparado para isso”?

Assim como em todas as profissões, temos aqueles profissionais que, diante de desafios, se preparam para enfrentá-los. Outros preferem usar desculpas. A pesquisa está presente em nossa vida acadêmica e deve permanecer por todos os dias da carreira docente. Depois que o discente se forma, se depara em sala de aula com inúmeras adversidades que precisam ser melhor estudadas, como exemplo:

um aluno com transtorno, uma tecnologia da educação inovadora, uma nova tendência pedagógica, dentre outras novidades para as quais a graduação, apenas, não dá o suporte total.

Ainda que tenhamos disciplinas que nos deem a base para conhecer sobre transtornos, tecnologias educacionais e tendências pedagógicas, sempre precisaremos de um conhecimento mais específico e aprofundado do assunto. Por isso, temos a pós-graduação, para nos especializarmos naquilo que precisamos em determinado momento (SILVA; COMPIANI, 2015).

Novamente, partiremos para a pesquisa e isso se repetirá sempre que o professor se deparar com algo para qual ele acredita não estar preparado. Hoje, ele tem um aluno autista sobre o qual pesquisou e já sabe como ele aprende, como ensinar, quais metodologias são melhores, entre outros aspectos. Amanhã, ele terá um aluno surdo, sobre o qual precisa pesquisar novamente, conhecer seu processo de ensino e de aprendizagem de formas mais específicas. Assim, é com tudo que se passa na escola e demais ambientes de aprendizagem.

Vimos, em capítulos anteriores, que há diferentes tendências pedagógicas, você pode ser contratado para trabalhar em uma escola que segue a pedagogia histórico-crítica, por exemplo, que está ainda em alta, mas amanhã você pode precisar trabalhar em uma escola que utiliza uma teoria mais tradicional ou ainda uma nova teoria revolucionária que chega ao Brasil. Assim, precisará pesquisar sobre essas tendências: qual é o papel do professor? Qual é o foco da teoria? Qual é o objetivo da educação para essa determinada tendência?

A vida do professor é pesquisar e não há como fugir disso. Ser um docente sem ser um pesquisador é estar fadado ao fracasso e ser responsável pela educação escolar sem qualidade, contribuindo para as dificuldades escolares de seus alunos, a não aprendizagem, o baixo rendimento escolar e o não desenvolvimento global do sujeito. Lüdke (2001) afirma que faz parte da boa formação docente as práticas de pesquisa, visto que é por meio delas que o docente adquire as habilidades de reconhecer o seu contexto, enxergar os desafios e superar os problemas, sem considerá-los imutáveis.

Ainda que o professor tenha o mais alto grau de instrução e título acadêmico, precisará continuar suas pesquisas para lecionar. Dessa forma, um professor que tenha doutorado deve continuar as pesquisas para ter uma aula

de excelência. Na Educação Básica, por exemplo, as pesquisas docentes se iniciam antes mesmo do início das aulas. Como vimos no tópico anterior, há uma série de planejamentos antes que os conteúdos cheguem ao professor para elaboração do seu plano de aula. Esse percurso do planejamento escolar deve ser conhecido pelo docente, visto que são embasados em documentos educacionais que, a todo momento, podem ser atualizados, modificados e/ou substituídos.

Neste exato momento, caro(a) aluno(a), estamos passando por uma atualização dos profissionais da educação que perdurará por um bom tempo, visto que a BNCC é nova e precisa ser conhecida por todos os professores, antes mesmo da elaboração de seus planos de aula. Isso significa pesquisa (BRASIL, 2017; 2018b). Os documentos educacionais devem ser constantemente pesquisados pela equipe pedagógica, bem como o PPP de sua escola, visto que o plano de aula deve estar em consonância com a visão de mundo que a instituição possui, o objetivo com a educação e demais detalhes que já observamos no tópico anterior. Imaginem que a escola tenha como ideal de educação formar alunos críticos, para tanto utiliza a teoria histórico-crítica, porém o professor é adepto de uma teoria mais tradicional, que não permite a formação de um sujeito crítico, mas sim passivo.

Esse conflito acaba por formar alunos que não condizem nem com a visão de sujeito da escola, nem com a da sociedade atual. Esse professor, portanto, não está apto para atuar nessa escola nem na sociedade, tornando-se obsoleto e podendo implicar negativamente na formação acadêmica de seus alunos, de forma a prejudicar seu desenvolvimento social e cognitivo. Por isso é tão importante que o professor pesquise os documentos educacionais a nível nacional, regional e, principalmente, os de sua escola, para então elaborar seu plano de aula.

Essa pesquisa, como já salientamos, inicia-se antes mesmo das aulas, pois as reuniões com a equipe pedagógica são realizadas um pouco antes do início dos dias letivos, a fim de que as escolas comecem suas pesquisas e seus planejamentos anuais. Para tanto, também é realizada a distribuição de turmas, para que o professor saiba com qual série trabalhará, o que também precisa ser pesquisado, pois cada etapa da educação possui um objetivo, cada série possui uma necessidade e cada turma, suas especificidades (GÓMEZ, 1998).



Dessa forma, o professor habituado a trabalhar com a Educação Infantil não trabalhará da mesma forma com o Ensino Fundamental. O professor que trabalha com o 6º ano não pode trabalhar da mesma forma com o Ensino Médio. A turma do 2º ano A tem um perfil diferente do 2º ano B. Diante do exposto, como o professor pode lidar com esses diferentes perfis? Com pesquisa, antes de tudo. Pesquisar o objetivo de cada etapa da educação é fundamental para saber como trabalhar. Sempre que tiver a oportunidade de conversar com os professores anteriores da turma, faça-o, pois isso também contribui para a pesquisa da identidade da turma: são alunos mais participativos? Mais curiosos? Trabalham bem em grupo? São disciplinados?

Tudo isso contribui para, posteriormente, montar o plano de aula, visto que não há como pensar o que ensinar sem pensar para quem e como. Depois de estabelecidos os conteúdos pelo planejamento escolar e realizada a distribuição de turma, o professor se empenha na pesquisa dos conteúdos e do perfil prévio da turma para montar seu primeiro plano de aula do ano. Esse é o mais difícil, pois o docente trabalha com base em informações coletadas em sua pesquisa teórica, sem ter, ainda, o primeiro contato com a turma; logo, atua sem pesquisa e conhecimento prático da identidade dos alunos. Dessa forma, deve elaborar um plano de aula flexível, ou seja, possível de ser modificado após o início das aulas, pois precisará mudar suas estratégias diante de uma adversidade (OSTETTO, 2000).

Suponhamos que, em suas pesquisas, tenha constatado previamente que a turma é mais agitada e participativa. Com o início das aulas, porém, diante de sua didática e sua postura, notou que a turma se mostrou mais tranquila, menos participativa. Dessa forma, precisará trocar as estratégias de controle da turma para estratégias que promovam a interação, como exemplo, trocar as atividades individuais por atividades em dupla.

Ao iniciar as aulas, o professor começa de fato sua pesquisa sobre os alunos: como cada um aprende? Quais são as dificuldades de cada um? E as habilidades? Quais as metodologias mais eficazes para a turma? Tudo para saber como lidar em sala de aula, de forma que consiga ensinar e os alunos consigam aprender. Os conhecimentos dessa pesquisa



se refletirão em seu plano de aula, em que deverão constar os métodos a serem utilizados. Isso nos leva a outro aspecto que precisa ser pesquisado. Precisamos, o tempo todo, saber quais são os procedimentos de ensino que estão fazendo sucesso, quanto a melhoria do ensino e da aprendizagem (GASPARIN, 2007).

Passamos, agora, a refletir sobre a pesquisa dos conteúdos. Essa pesquisa deve acontecer durante todo o ano letivo. Vivemos em uma sociedade em que a informação está por toda parte. Alunos e professores estão cercados de informação, porém, devemos entender que informação é um conceito diferente de conhecimento. Fora da escola posso acessar informações, mas dentro da sala de aula o professor deve proporcionar conhecimento.

Informação, no campo da educação, pode ser considerada algo superficial, que é repassado de um emissor para um receptor, podendo ser transmitida de forma oral ou, como estamos na era tecnológica, por meio de um instrumento digital (BOSI, 1995). O conhecimento, por outro lado, é aprofundado; parte de algo já produzido pelo Homem, que é reconstruído pelo sujeito aprendiz a partir de suas categorias de pensamento (GADOTTI, 2005).

O professor pode utilizar a informação como instrumento de seu ensino, servindo, então, como objeto de estudo ou ponto de partida para o aluno, o que proporcionará, no processo de ensino e de aprendizagem, a produção de conhecimento. De forma alguma, o professor deve apresentar apenas a informação e permanecer nessa superfície, considerando-a como conhecimento. Esse cuidado deve ser redobrado em nossa sociedade atual, porque estamos imersos na tecnologia que nos proporciona informações a todo o instante, por isso muitos alunos chegam em sala achando que sabem de tudo. O pior é quando o professor também acha que informação é conhecimento.

Por isso a pesquisa docente nunca se fez tão necessária quanto agora. O professor pode utilizar as tecnologias para sua pesquisa, as informações como ferramenta para suas aulas, mas não pode ficar preso a elas. Suas aulas devem ir além da linha rasa dos assuntos discutidos, do que está posto nas mídias e nas redes sociais. É necessário estudo aprofundado do conteúdo, para que compreenda as entrelinhas das informações, consiga transformá-la em saber sistematizado e ajudar o aluno a passar do conhecimento real para um mais elaborado. Apenas assim contribuímos para o desenvolvimento e a aprendizagem (GADOTTI, 2005).

Calleja (2008) nos alerta que o professor precisa passar do processo informativo e/ou reprodutivo para outro que proporcione a interpretação e análise crítica dessas e outras informações. Para tanto, o autor enfatiza que o docente precisa ser:

-Preparado e atualizado em sua ciência, ou seja, em sua especificidade do saber. -Ser um investigador. Às vezes os professores acreditam que se sua docência é de pré-escola ou ensino fundamental, não tem de investigar, quando realmente a investigação deve caracterizar um docente de qualquer nível de ensino. -Deve possuir uma cultura geral, ou seja, integral. -Possuir uma formação razoável do ponto de vista da Pedagogia, da Didática e das outras Ciências da Educação. -Ser um educador exemplar, em qualquer lugar, honrado, honesto, consagrado, ético em sua profissão e com boas relações humanas (CALLEJA, 2008, p. 116).

A pesquisa docente precisa sair das informações, dos livros didáticos, e passar para um nível mais elevado de produção de conhecimento, que acontece em meios científicos. Dessa forma, para pesquisa docente é necessário o currículo bem definido, livros e artigos científicos, filmes e documentários, dentre outros meios de elaboração de conhecimento e de cultura.

No âmbito não formal, a pesquisa também se faz necessária, pois trata-se de um campo em constante atualização. O profissional que atua em empresas, academias, hospitais e outros locais onde a educação se efetiva de forma não curricular precisa se atentar às matrizes que norteiam seu trabalho, documentos, novas tendências do seu campo de atuação, por exemplo, tecnologias e técnicas que potencializam o desenvolvimento dos aprendizes etc.

Ao final de todas essas pesquisas, o professor poderá montar seu plano de aula com base em documentos que seguem a necessidade de sua sociedade, com conteúdos fundamentais para a formação do aluno, metodologias e métodos que facilitem o processo de ensino e de aprendizagem, o que resultará em aulas de qualidade, aprendizagem eficiente e eficaz, bem como no desenvolvimento global dos alunos.

PLANO DE AULA

Após o planejamento institucional e a pesquisa do profissional, chega a hora de registrar toda essa caminhada, de modo a organizar a ação que será realizada com o aprendiz. O plano de aula é a última etapa do planejamento escolar, mas é a mais importante, pois é por meio dele e de sua execução, bem como avaliação, que poderemos saber se a trajetória anterior foi bem-sucedida.

Há várias formas de registrar o plano de aula, isso vai depender de cada escola, de cada teoria norteadora, dentre outros aspectos. Algumas escolas optam por realizar o plano de aula bimestral, outras o mensal, quinzenal ou, ainda, o semanal. Essa distribuição dos conteúdos, que pode variar de bimestre a semanas, acontece a partir do Plano Anual, que já mencionamos no primeiro tópico deste capítulo.

Com o currículo já estabelecido, os professores organizam os conteúdos da melhor forma, pensando em por que ensinar, para que e como ensinar seus alunos, a fim de facilitar as ações de ensino e de aprendizagem, tudo para que se torne um processo facilitado, eficaz e eficiente. Portanto, dentro do plano de aula existem elementos essenciais a serem pensados, os quais veremos detalhadamente.



Quando falamos em currículo, devemos saber que tais conteúdos foram selecionados não por acaso, mas sim porque cada um tem uma relevância na formação do sujeito (SAVIANI, 2003). Sabendo disso, o professor deve refletir, em primeiro lugar: por que ensinar determinado conteúdo? Para ficar mais explícita a nossa discussão sobre esse plano, vamos juntos, caro(a) aluno(a), pensar no passo a passo da elaboração de um plano de aula fictício. Para tanto, vamos considerar, como conteúdo a ser trabalhado dentro de um bimestre, a probabilidade e a estatística, enfocando os gráficos, por um período de 15 dias.

Suponhamos que nossa aula seja para uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental, cuja identidade sabemos que apresenta dificuldades em matemática; é uma turma agitada e desinteressada nos conteúdos mais teóricos, mas que precisa aprender sobre gráficos. Diante do exposto, por que trabalhar gráficos no 5º ano? Lembramos que o professor deve estar ciente do que os documentos educacionais trazem em seu bojo.

Se observarmos, por exemplo, a BNCC, verificamos que traz para o 5º ano a seguinte proposta de trabalho com probabilidade e estatística: “leitura, coleta, classificação, interpretação e representação de dados em tabelas de dupla entrada, gráfico de colunas agrupadas, gráficos pictóricos e gráfico de linhas” (BRASIL, 2017, p. 294). Dessa forma, não é todo e qualquer gráfico que precisa ser trabalhado nessa etapa, mas sim gráficos de colunas agrupadas, gráficos pictóricos e gráficos de linhas.

Considerando ainda a Base, temos que nos atentar às habilidades exigidas: “realizar pesquisa envolvendo variáveis categóricas e numéricas, organizar dados coletados por meio de tabelas, gráficos de colunas, pictóricos e de linhas, com e sem uso de tecnologias digitais, e apresentar texto escrito sobre a finalidade da pesquisa e a síntese dos resultados” (BRASIL, 2017, p. 295). Isso significa que, além de ensinar sobre os referidos gráficos, o professor precisará fazer com que o aluno conclua o 5º ano com a habilidade de realizar pesquisas com variáveis numéricas (pesquisa quantitativa, com classificações discretas e/ou contínuas) e categóricas (classificações diversas como gênero, espécie etc.).

Partindo desses pressupostos, suponhamos que o PPP da escola do nosso 5º ano apresente que a Matemática se define como uma ciência que se desenvolveu desde a necessidade do Homem de resolver situações problema e que hoje está enraizada em nossa cultura. Com isso, espera-se que os conteúdos matemáticos ajudem seus alunos a participar da sociedade com conhecimentos científicos, de forma que também possam contribuir para a ampliação dos mesmos.

Diante do exposto, o professor já sabe por que trabalhar gráficos no 5º ano: porque essa escola precisa formar cidadãos letrados, que saibam, além de conceitos, fazer uso social dos conteúdos. Essa resposta será necessária para construir o objetivo da aula que será registrada no plano. Esse conhecimento, como vimos no tópico anterior e exemplificado aqui, o professor adquire por meio de pesquisas contínuas aos documentos educacionais, desde os nacionais até o institucional.

De acordo com Libâneo (2013) o “porquê” ensinar está intrinsecamente relacionado à função social da escola. Em essência, a função de toda instituição escolar é formar um cidadão que saiba ler, escrever e contar, de forma que saia de um conhecimento real e chegue ao seu máximo potencial por meio de leitura, escrita e contas. Deve saber interpretar, analisar e emancipar seus conhecimentos de forma que se desenvolva plenamente (cognitiva, social, afetiva e fisicamente).

Contudo, o professor precisa pensar na segunda questão que norteará seu plano de aula: para que ensinar esse conteúdo? Isso pode ser esclarecido a partir do PPP, que descreve a visão de Homem, de educação e de sociedade que a escola possui, o que influencia na educação escolar dos seus alunos. Suponhamos que a escola do nosso 5º ano tenha como concepção de Homem um ser social, crítico e reflexivo, que ela veja a educação como uma forma de emancipação do sujeito,

que sai da ignorância e chega à concepção plena da sociedade em que vive, sendo essa, por sua vez, capitalista. Assim, o professor pode concluir que o conteúdo gráfico será ensinado para que o aluno, por meio das pesquisas quantificadas, compreenda sua realidade e amplie seus conhecimentos científicos. Essa resposta será necessária para justificar o objetivo da aula que será registrada no plano de aula. Libâneo (2013, p. 43) salienta que os alunos devem adquirir conhecimento

[...] a fim de que se tornem preparados e aptos para enfrentar as exigências objetivas da vida social como a profissão, o exercício da cidadania, a criação e o usufruto da cultura e da arte, a produção de novos conhecimentos de acordo com interesses de classe, as lutas pela melhoria das condições de vida e de trabalho.

Por fim, o professor precisa refletir: como ensinar? Há inúmeras formas de ensinar gráficos, porém, os métodos devem estar de acordo com a teoria da escola, que consta no PPP, além de estar em consonância com os objetivos da instituição, do professor e da disciplina. Suponhamos que, para tanto, utilizemos como método as aulas expositivas e práticas, pesquisas e resolução de situações problema.

Libâneo (2013) orienta que o professor precisa pensar em métodos e procedimentos didático-pedagógicos que ajudem a viabilizar o processo de ensino, de forma que, aliados à mediação, contribuam para o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos, para que eles pensem e adquiram seus próprios métodos de aprendizagem e ação.



Até aqui, caro(a) aluno(a), refletimos questões essenciais para a elaboração do plano de aula. A partir de agora precisamos pensar sobre o seu registro. Para tanto, devemos considerar os seguintes itens: disciplina, conteúdo, objetivos, métodos e avaliação.

Seguindo o nosso caso do 5º ano como exemplificação, nosso plano de aula tem como vigência 15 dias letivos e a nossa disciplina já está definida: matemática. O conteúdo também já foi estabelecido: probabilidade e estatística. Dessa forma, considerando todo o exposto, precisamos registrar nosso objetivo, retomando, então, a reflexão do professor sobre o porquê ensinar determinado conteúdo e para que, considerando a BNCC (2017) e o PPP. Da mesma forma, fazemos com os métodos (tema da próxima unidade, sobre os procedimentos de ensino), previamente elaborados a partir da reflexão sobre como ensinar, acrescentando no registro do plano de aula os instrumentos que serão utilizados, a fim de que se faça uma organização prévia do professor e da escola. Por fim, a avaliação (tema da nossa última unidade) precisa ser pensada, considerando o PPP da instituição. Nesse momento, vamos supor que nessa escola a avaliação seja diagnóstica e contínua. Assim, nosso plano de aula pode ser registrado da seguinte forma:

Quadro 1 - Plano de aula hipotético

Série: 5º ano				
Duração: 15 dias				
Disciplina: Matemática				
Conteúdo: Probabilidade e estatística				
Objetivo: formar cidadãos letrados, que saibam, além de conceitos, fazer uso social dos conteúdos, para que o aluno, por meio das pesquisas quantificadas, compreenda sua realidade e amplie seus conhecimentos científicos.				
Método: aulas expositivas e práticas, literatura, pesquisa em livros científicos na biblioteca da escola; pesquisa em sites confiáveis no laboratório de informática da escola; resolução de situações problema em sala de aula, na prática e por meio de softwares no laboratório de informática da instituição; elaboração de cartazes; elaboração de gráficos utilizando materiais concretos como bola de isopor, garrafas pet de diferentes tamanhos etc.; apresentação em grupo do resultado de uma pesquisa em malha quadriculada usando gravuras.				
Instrumentos e recursos: livro de literatura infanto-juvenil; quadro; caderno; lápis, borracha; biblioteca; sala de informática; papel cartolina; sucatas; tinta; pincel; malha quadriculada; revistas.				
Avaliação: será realizada durante as aulas, por meio da observação da participação dos alunos e o desenvolvimento de suas atividades teóricas e práticas.				
Disposição das aulas:				
1ª aula	2ª aula	3ª aula	4ª aula	5ª aula
- Apresentação e problematização do conteúdo: (você sabem o que é um gráfico? Para que serve?); - Exposição teórica: conceito de gráfico, informações sobre para que serve um gráfico, como pode ser utilizado; - Apresentação visual de diferentes gráficos e suas funcionalidades.	- Leitura da história Onde Laura gosta de passear; - Interpretação coletiva da literatura; - Levantamento quantitativo relacionado aos lugares em que a personagem gosta de passear; - Levantamento quantitativo do lugar em que cada aluno gosta de passear; - Montagem coletiva, no quadro, de um gráfico de barras com os dados dos alunos.	- Levar os alunos à biblioteca e separá-los em três grandes grupos, para que pesquisem em livros científicos o que é gráfico de barras duplas, o que é gráfico pictográfico e o que é gráfico de linhas. Todos deverão registrar, cada um em seu caderno. - Tarefa para casa: perguntar para sua família os lugares em que gostam de passear.	- Retomada da literatura; - Apresentação de um cartaz elaborado pela professora a partir dos dados coletados no levantamento quantitativo dos lugares em que cada aluno gosta de passear (retomada da segunda aula); - Separar os alunos em duplas para que confeccionem em um cartaz o gráfico de barras duplas com os resultados quantitativos da tarefa de casa.	- Solicitar que um representante de cada grupo de pesquisa da biblioteca (realizado na 3ª aula) apresente à sala os resultados obtidos na pesquisa; - Apresentação de curiosidades sobre parques e bosques da cidade e região; - Retomada do conceito e utilidade do gráfico de barras; - Sortear para cada aluno um lugar de passeio da cidade e da região, para que façam uma pesquisa quantitativa com a ajuda da família. Devem trazer: ano de inauguração, número de visitantes por dia etc.

Fonte: as autoras

Aqui é possível ver apenas cinco dias, mas veja no final desta unidade o plano de aula completo, em anexo. Este foi elaborado por nós a partir de um caso fictício, mas que considera aspectos reais como documentos educacionais, planejamento escolar, conteúdos e habilidades exigidas no contexto escolar, elementos essenciais do plano de aula, entre outros aspectos. Tudo para que você possa compreender o passo a passo de um plano de aula. Há vários modelos de planejamento, mas todos apresentam os mesmos encaminhamentos aqui explanados. Cada escola adota o que melhor se adequa a sua realidade.

Perceba que, em nossa elaboração, atendemos a todos os requisitos mencionados nos itens anteriores deste capítulo:

- a. Consideração dos documentos escolares: em nosso exemplo utilizamos a BNCC (2017) e o PPP da escola, mas há casos em que o professor ainda precisa recorrer às diretrizes, plano anual e outros documentos nacionais, regionais e/ou institucionais, pois não podem ser esquecidos pela equipe pedagógica;
- b. Pesquisa da turma: consideramos, na elaboração do plano, o perfil da turma (apresenta dificuldade em matemática, é uma turma agitada e desinteressada nos conteúdos mais teóricos), por isso primamos por breves explicações teóricas que se fazem necessárias, mas não de forma muito aprofundada e exclusiva, por isso a necessidade de realizar pesquisas, a fim de complementar os conhecimentos teóricos de forma que o próprio aluno busque as respostas e construa o conhecimento com a mediação do professor.
- c. Pesquisa científica do professor: foi evidenciada à medida que descrevemos os documentos consultados. Subentendemos que, para as conceituações, explicações e apresentação das curiosidades, o docente também tenha realizado uma pesquisa científica em fontes confiáveis.

Achou difícil? Como observamos, não é fácil desenvolver um plano de aula, pois envolve pesquisa, tempo e conhecimento. Mas não é algo impossível e descartável. Pelo contrário, é necessário e muito útil, pois sem o planejamento o caos pode se instaurar em sala de aula. Notamos com a prática docente que um professor desorganizado (sem planejamento) transmite insegurança aos alunos, que podem reagir de diferentes formas, como exemplo: mostrando desinteresse, indisciplina, entre outros reflexos da ausência de orientação dos estudos por parte do professor.

Em nosso plano hipotético, consideramos uma turma de 5º ano e o conteúdo de matemática, mas o mesmo se aplica a todas as séries e disciplinas. Se fossemos exemplificar com uma atividade de identidade e autonomia para a Educação Infantil, ou de Produção textual na Língua Portuguesa para uma turma de 9º ano ou, ainda, o conteúdo de Território e fronteira na disciplina de História para uma turma do Ensino Médio, o processo de reflexão do professor seria o mesmo: por que, para que e como ensinar? Os aspectos essenciais do plano de aula, também permanecem: objetivo, métodos e avaliação.

O objetivo da disciplina representa o elemento central do plano de aula, pois por meio dele emergem os demais aspectos. Os métodos, por sua vez, esclarecem os recursos e as técnicas que os docentes utilizarão para facilitar os processos de ensino e aprendizagem. Por fim, a avaliação é importante para que o professor verifique se todos os processos didático-metodológicos estão fluindo de acordo com o esperado ou se é necessário modificar algo, a fim de melhorar o ensino e/ou a aprendizagem (LUCKESI, 1994).

O que se modifica entre um plano e outro, além dos aspectos óbvios (série, disciplina e conteúdo) são os aspectos particulares de cada turma, por exemplo: se em nossa turma houvesse um aluno cego, deveríamos pensar em estratégias para que os demais alunos não o excluíssem dos trabalhos em grupo, a exemplo, a pesquisa na biblioteca. Uma das estratégias poderia ser a utilização de recursos sonoros ou livros em braile, caso o aluno saiba ler com esse recurso e esteja disponível na escola. Isso seria acrescentado no registro do plano de aula, nos instrumentos mencionados.

Outro aspecto que se modifica é o tempo de vigência do plano, em primeiro lugar, porque isso varia em cada instituição, como já mencionamos em parágrafos anteriores. Em segundo lugar, porque o tempo de aula de um professor da Educação Infantil, por exemplo, é diferente do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental; que, por sua vez, é diferente do professor dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Na Educação Infantil, o tempo considerado para todo o período que o professor leciona é, geralmente, de 4 horas, mas envolve aspectos bem específicos dessa etapa: adaptação das crianças, habilidades a serem trabalhadas com a turma, maior número de intervalos e atividades lúdicas ou extraclasse, entre outros. Nas

séries iniciais do Ensino Fundamental, aspectos como intervalo, atividades lúdicas e extraclasse permanecem, mas o professor também precisa considerar que há mais de uma matéria a ser trabalhada por dia. Por fim, os professores das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio possuem um tempo menor para lecionar, geralmente 50 minutos. Sejam 4 horas ou 50 minutos, o professor precisa planejar sua aula para que ela seja proveitosa aos alunos, de forma que ele dê conta de ensinar o que foi previsto para aquele ano, bimestre, semana etc.

Considerando todo o exposto sobre planejamento, podemos entender que o plano de aula nos ajuda a organizar as ações docentes, evitando improvisações, falta de reflexão e significação da prática pedagógica. Vasconcellos (2000) sintetiza a ajuda do planejamento em sete aspectos fundamentais para uma aula de sucesso:

Figura 4: Contribuições do planejamento segundo Vasconcellos (2000)



Figura 4: Contribuições do planejamento segundo Vasconcellos (2000)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Dessa forma, podemos concluir que, a partir do planejamento, é possível realizar o que nos propomos a fazer na educação escolar de forma eficiente e eficaz. Além disso, colocamos em prática todo o nosso conhecimento teórico, sem dissociação entre teoria e prática. Por fim, faz-se necessário planejar para que possamos transformar nosso trabalho, a relação com o outro (professores, alunos, pais), a escola e a sociedade como um todo (VASCONCELLOS, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Prezado(a) aluno(a), como foi possível observar, a trajetória do planejamento se inicia bem antes do registro do professor. Conhecer esse percurso é essencial para realizarmos um bom trabalho pedagógico, que envolve desde a direção até a equipe pedagógica em sala de aula. Precisamos, sempre, ter em vista que o papel da escola é ensinar crianças e adolescentes a serem alfabetizados e letrados em todas as ciências. Logo, nosso ponto de partida é sempre o aluno e nosso ponto final é seu conhecimento e desenvolvimento.

Nosso objetivo inicial com essa unidade foi conhecer os documentos que interferem no planejamento escolar, desde o âmbito nacional – como a BNCC (2017) – passando pelos níveis regionais, até o institucional – como o PPP. A partir deles é montado o currículo escolar, ao qual o professor recorre para registrar seu plano de aula.

Após o conhecimento dos documentos educacionais, objetivamos refletir sobre a pesquisa docente, que se faz necessária para que cada ação pedagógica tenha fundamentação teórica, suporte científico e, finalmente, dê o suporte necessário para que o professor construa um plano de aula sólido.

Por fim, analisar os elementos do plano de aula se fez essencial para que você compreenda a relevância desse registro e desenvolva as habilidades necessárias para realizar um plano eficiente e eficaz, a saber: reflexão, organização e sintetização.

Após planejarmos nossas ações pedagógicas, registrá-las e nos organizarmos, é chegada a hora de colocarmos tudo em prática, para tanto, devemos ter claras as diferentes formas de concretizar nosso planejamento. Portanto, no próximo capítulo, enfatizamos outro aspecto essencial para uma boa didática: a execução do plano de aula. Convido você, caro(a) aluno(a), a refletir sobre as possíveis práticas pedagógicas.

ATIVIDADES



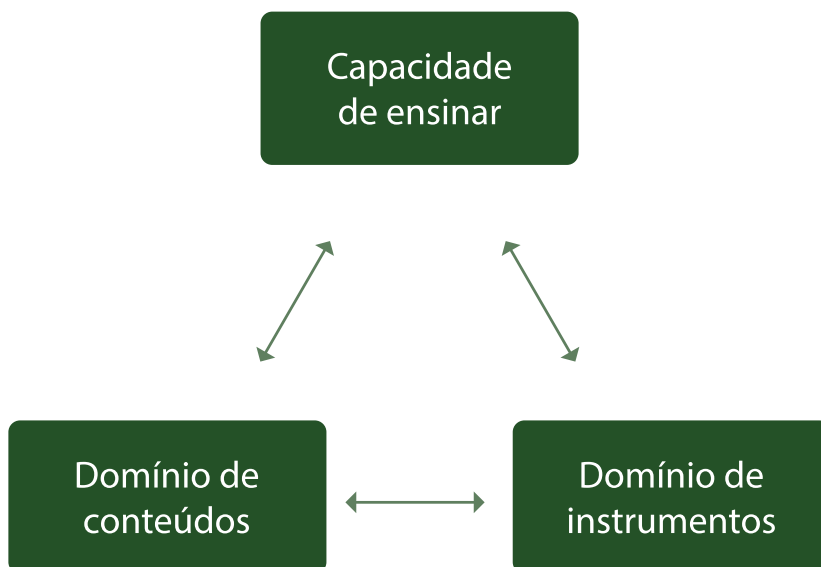
1. Segundo Ostetto (2000), o planejamento é o momento de organização das ideias, de estabelecer metas e criar estratégias para atingi-las. Dentro do campo da educação, seja ela formal ou não formal, é correto considerar como planejamento:
 - a) Uma ação impulsiva que visa a improvisação das ações docentes e discentes.
 - b) A construção prévia de um registro diário de ações pedagógicas que poderão ou não ser executadas.
 - c) A elaboração de documentos voltados à educação, cuja responsabilidade é do governo e suas secretarias.
 - d) Uma reflexão de todas as ações docentes que resultam em uma atitude crítica, previamente delineada.
 - e) Uma organização de ideias específicas para o ensino dos conteúdos sistematicamente elaborados.
2. A palavra planejamento é fruto da modernidade, mais ligada à área administrativa, porém ganhou proporções no campo da educação e sua ação sempre esteve presente em todas as áreas de atuação. Considerando o exposto, é correto afirmar que:
 - I. Nos primórdios da escola tradicional não havia planejamento, visto que o professor era responsável pela transmissão de conhecimento e o período dessa tendência antecede a modernidade.
 - II. A tendência tecnicista foi a primeira a trabalhar com planejamento, denominando-o, assim, visto que, anteriormente, não havia uma sistematização dessa ação, sobretudo considerando leis específicas para a educação escolar.
 - III. Atualmente, o planejamento nas escolas é essencial para uma aula eficiente e eficaz, considerando que o professor deve conhecer os documentos que norteiam a educação, fazer diferentes pesquisas e realizar um plano de aula crítico e flexível para colocar em ação de forma que ensine de modo fácil e os alunos aprendam com qualidade.
 - IV. O plano de aula, muitas vezes, é visto como o único elemento caracterizado como o planejamento escolar, contudo, apesar de ser um dos elementos desse processo, há uma gama de planejamentos que o antecedem.

Está correto o que se afirma em:

- a) () I e III, apenas.
- b) () I, III e IV, apenas.
- c) () II, III e IV, apenas.
- d) () I, II e III, apenas.
- e) () I, II, III, e IV..

ATIVIDADES

3. Sabendo que competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos) e que habilidades são práticas (cognitivas e socioemocionais) de atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana (BRASIL, 2017). Assinale a alternativa correta:
- a) O professor que ensina os conceitos mais importantes de sua disciplina já está formando as competências de seus alunos.
 - b) O aluno que consegue reproduzir o que o professor faz; ainda que não de forma reflexiva, desenvolve habilidades cognitivas, tais como, imitação.
 - c) Trabalhar de forma que o aluno aprenda os conceitos e a partir deles coloque-os em prática para resolver situações-problema proporcionar o desenvolvimento de, respectivamente, competências e habilidades.
 - d) Ao aluno que tem facilidade de se expressar com o corpo, dizemos que ele tem a competência para ser um professor de dança.
 - e) Ao sujeito que tem domínio teórico e prático de uma determinada disciplina mas não possui didática, dizemos que ele tem competências e habilidades, para ser professor.
4. Observe a figura a seguir, que ilustra a pesquisa docente segundo Saviani (2003), e assinale a alternativa correta:



Fonte: Elaborado pela professora (2018).

ATIVIDADES



- a) A capacidade de ensinar está relacionada à pesquisa docente pelo fato de exigir do professor uma pesquisa de métodos e metodologias que facilitem a aprendizagem de seus alunos.
 - b) O domínio de instrumentos somente é possível por meio de uma pesquisa docente que possibilite o conhecimento de técnicas específicas para o ensino de determinado conteúdo, sem considerar os aspectos práticos.
 - c) O domínio de conteúdos exige pesquisa docente para não utilizar apenas livros científicos, visto que, hoje, o ensino pode ser pautado em informações superficiais.
 - d) Tanto a capacidade de ensino, quando os domínios de instrumentos e conteúdos visam uma pesquisa que prepare o professor para atuar menos e fazer os alunos trabalharem mais.
 - e) O domínio de conteúdo e a capacidade de ensino não fazem parte da pesquisa docente, visto que são habilidades que alguns professores possuem e outros não.
5. Os aspectos essenciais de um plano de aula são os elementos que, independentemente de para quem e do porquê ensinar, devem constar no registro a partir de reflexão, pesquisa e planejamento. Considerando esses aspectos discutidos na Unidade III, assinale a alternativa correta:
- a) Os elementos essenciais de qualquer plano de aula são registro, exposição e aprendizagem.
 - b) São elementos essenciais de um plano de aula o objetivo, os métodos e a avaliação.
 - c) Os elementos essenciais do plano de aula são aqueles registros que não podem faltar, logo: série, disciplina e turma.
 - d) Podem ser considerados elementos essenciais de um plano de aula apenas a reflexão e os métodos de ensino.
 - e) Apenas a avaliação é considerada um elemento essencial de um plano de aula.



A partir da pesquisa, percebemos que, para o professor desenvolver bem suas aulas, para que a aprendizagem aconteça e que o processo de avaliação seja eficaz, é necessário que haja um planejamento condizente com aquilo que ele deseja trabalhar.

Podemos afirmar que o planejamento é de extrema importância para que o professor possa pensar na avaliação e promover o desenvolvimento do aluno, haja vista que esse processo significa que todo trabalho deve ser planejado com qualidade, de forma que o planejamento e a avaliação estejam diretamente direcionados à construção do conhecimento do educando.

Entretanto, é necessário que o professor tenha conhecimento daquilo que vai ensinar, como vai ensinar, para quem vai ensinar. Deve buscar ações para que as metas sejam desenvolvidas, no intuito de atingir os objetivos estabelecidos, pois “[...]sempre que se buscam determinados fins, relacionam-se alguns meios necessários para atingi-los. Isso, de certa forma, é planejamento (DALMÁS, 1994, p. 23).

Dessa forma, planejar é o ato de organizar ações a fim de que estas sejam bem elaboradas e aplicadas com eficiência, se possível, nos momentos relacionados da ação ou com quem se age. Por isso, para planejar bem é necessário conhecer para quem se está planejando. No caso, o professor deve conhecer a turma e mais, o aluno com quem trabalha. Quanto mais se conhece, melhor se planeja e se obtêm melhores resultados. Para Luckesi, (2011, p. 125), “Planejar significa traçar objetivos, e buscar meios para atingi-los”.

Logo, entendemos que, para que haja planejamento, são necessárias ações organizadas entre si, as quais correspondem ao desejo de alcançar resultados satisfatórios em relação aos objetivos traçados. Em relação a isso, Holanda (apud LUCKESI, 2011, p. 19) afirma que:

Podemos definir o planejamento como a aplicação sistemática do conhecimento humano para prever e avaliar cursos de ação alternativos, com vista a tomada de decisões adequadas e racionais, que sirvam de base para a ação futura. Planejar é decidir antecipadamente o que deve ser feito, ou seja, um plano é uma linha de ação pré-estabelecida.

Nesse caso, podemos afirmar que uma aprendizagem significativa resulta de uma educação de qualidade, de acordo com as necessidades do aluno. Afirmamos também que a educação de qualidade só se faz com a construção do conhecimento, a partir de ações voltadas para o desenvolvimento cultural do aluno.

De acordo com a autora Santana (1986. p. 26), o planejamento é dividido em três etapas: a primeira é a preparação ou estruturação do plano de Trabalho Docente, nela o professor prevê como será desenvolvido o seu trabalho durante certo período. O professor relaciona os conteúdos que serão trabalhados e como serão trabalhados, ou seja, busca uma metodologia adequada, recursos didáticos e tecnológicos que contribuam para melhor desenvolvimento dos conteúdos.





A segunda etapa é o desenvolvimento do plano de trabalho. Nesse momento, as ações que foram organizadas durante a elaboração do planejamento são colocadas em prática para que o processo ensino e aprendizagem seja efetivado. O trabalho é direcionado, constantemente, por parte do professor, para que o aluno construa seu conhecimento ou transforme o conhecimento existente, passando de senso comum a conhecimento organizado e sistematizado.

A terceira etapa é a do aperfeiçoamento. Essa etapa envolve a verificação para perceber até que ponto os objetivos traçados foram alcançados. Nesse momento de avaliação, é que se fazem os ajustes na aprendizagem, de acordo com os acertos dos alunos e as necessidades dos mesmos.

Por meio desse excerto escrito por Santos e Perin (2013), verificamos que a ação pedagógica não se encerra com o registro do plano de aula. É necessário, ainda, colocá-lo em prática (execução) e avaliar os pontos que deram certo ou não para poder aperfeiçoar os próximos planejamentos e demais aulas (avaliação).

Fonte: Santos e Perin (2013, p. 5-6).



MATERIAL COMPLEMENTAR



LIVRO

A didática em questão

Vera Maria Candau (Org.)

Editora: Vozes

Sinopse: este livro foi organizado a partir de revisões críticas sobre o ensino e a pesquisa em Didática. Aborda a formação de educadores, pressupostos teóricos do ensino de Didática, abordagens alternativas para esse ensino, propostas e realidades da pesquisa em Didática. Destaca-se o segundo capítulo, escrito por Cipriano Luckesi, que salienta a importância desse elemento fundamental para prática docente, mas que não é o único, visto que junto vem a execução e avaliação desse planejamento, aliando de forma indissociável a teoria e a prática docente.

Comentário: Luckesi (2014) faz uma crítica aos cursos e, de forma implícita, aos alunos, futuros professores, que não fazem uso da práxis (teoria aliada à prática e vice-versa) nos momentos de planejamento, ou seja, não conciliam planejamento, execução e avaliação. Esse livro está disponível na Biblioteca Pearson.

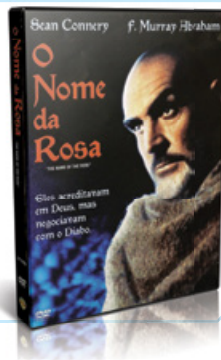


FILME

O nome da rosa

Ano: 1986.

Sinopse: o filme se passa em 1327, Idade Média, em um mosteiro italiano. O monge franciscano William de Baskerville (Sean Connery) investiga uma série de assassinatos com a ajuda do noviço Adso von Melk (Christian Slater). Isso provoca uma guerra ideológica entre os franciscanos e os dominicanos, enquanto o monge lentamente soluciona os misteriosos assassinatos. **Comentário:** o filme nos permite ter uma ideia do quão restrita era a educação na Idade Média, sendo uma arma poderosa para manipular a população, que não sabia ler e escrever.



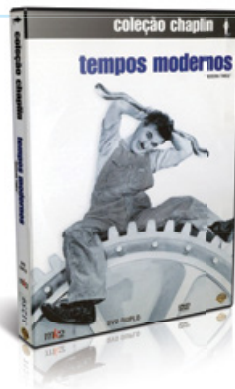
FILME

Tempos modernos

Ano: 1936.

Sinopse: o personagem Vagabundo, de Charlie Chaplin, é um operário empregado em uma fábrica com linha de montagem, onde as máquinas, inevitável e completamente, o dominam. Ele enfrenta vários percalços que o levam para a prisão. Entre suas passagens pela cadeia, ele conhece e faz amizade com uma garota órfã. Juntos e separados, os dois tentam lidar com as dificuldades da vida moderna, o Vagabundo trabalhando como garçom e, eventualmente, como artista.

Comentário: por meio das críticas de Chaplin vemos a sociedade da década de 1930 e suas demandas para o mercado de trabalho. Essas características – um trabalhador “fixo” e especialista em uma única função, como apertar parafusos – perduraram por muitos anos e demandaram que as escolas formassem, por meio da educação, os sujeitos que atendessem a essa necessidade.



REFERÊNCIAS

ARRUDA, H. P.B. Planejamento e plano de aula na educação: histórico e a prática de dois professores. **Educativa**, Goiânia, n. 1, v. 18, p. 241-265, jan./jun. 2015.

ASTOLFI, J. P. DEVELAY, M. **A didática das ciências**. Campinas: Papirus, 1991.

BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOSI, A. **Considerações sobre o tempo e informação**. Cidade do conhecimento. São Paulo: USP, 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** - LDB. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDBEN. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 28/2001**. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF: CNE, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC: Educação é a base (Educação Infantil e Ensino Fundamental). Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. MEC inicia discussão para implementação da Base Curricular com secretários estaduais e municipais. **Ministério da Educação** [on-line], jan. 2018a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/59231-mec-inicia-discussao-para-implementacao-da-base-curricular-com-secretarios-estaduais-e-municipais>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC: Educação é a base (Ensino Médio). Brasília, DF: MEC, 2018b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.



REFERÊNCIAS

- CALLEJA, J. M. R. Os professores deste século. Algumas reflexões. **Revista Institucional Universidad Tecnológica del Chocó: Investigación, Biodiversidad y Desarrollo**, v. 27, n. 1, p. 109-117, abr. 2008. Disponível em: <<http://revistas.utch.edu.co/ojs5/index.php/revinvestigacion/article/view/442/459>>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- COMÊNIO, J. A. **Didática Magna**. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- FRANCA, S. J. L. **O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- GADOTTI, M. Informação, conhecimento e sociedade em rede: Que potencialidades? **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, p. 43-57, 2005. Disponível em: <<https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-Moacir.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2019.
- GASPARIN, J. L. **Uma didática para Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- GÓMEZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino. In: SANCRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 13-25.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LÜDKE, M. A complexa relação entre o professor e a pesquisa. In: ANDRÉ, M. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2001. p. 27-54.
- MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: _____ (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. Tradução de Maria Aparecida Baptista. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- OSTETTO, L. E. planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: _____ (Org.). **Encontros e encaminhamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios**. Campinas: Papirus, 2000.
- PARANÁ. Referencial Curricular do Paraná – BNCC. **Secretaria da Educação do Paraná** [on-line], 2018. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1383>>. Acesso em: 28 mar. 2019.
- SANTOS, M. L.; PERIN, C. S. B. A importância do planejamento de ensino para o bom desempenho do professor em sala de aula. In: PARANÁ. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Curitiba: Cadernos PDE, 2013. p. 2-24.
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 1991.



REFERÊNCIAS

_____. **Saber escolar, currículo e didática:** problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. **Escola e Democracia.** 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, F. K. M.; COMPIANI, M. A pesquisa na prática docente em projeto de formação continuada: ideias e práticas em debate. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 1099-1115, out.-dez., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-01099.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

SOARES, S. R.; CUNHA, M. I. **Formação do professor:** a docência universitária em busca de legitimidade. Salvador: EDUFBA, 2010.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento:** plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

_____. **Planejamento** – projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A. Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____ (Org.). **Projeto político pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

TURRA, C. et al. **Planejamento de ensino e avaliação.** 11. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1995.



GABARITO

1. Opção correta é a D.
2. Opção correta é a C.
3. Opção correta é a C.
4. Opção correta é a A.
5. Opção correta é a B.



Quadro 6: Continuação do plano de aula hipotético

Série: 5º ano				
Duração: 15 dias				
Disciplina: Matemática				
Conteúdo: Probabilidade e estatística				
Objetivo: formar cidadãos letrados, que saibam, além de conceitos, fazer uso social dos conteúdos, para que o aluno, por meio das pesquisas quantificadas, compreenda sua realidade e amplie seus conhecimentos científicos.				
Método: aulas expositivas e práticas, literatura, pesquisa em livros científicos na biblioteca da escola; pesquisa em sites confiáveis no laboratório de informática da escola; resolução de situações problema em sala de aula, na prática e por meio de softwares no laboratório de informática da instituição; elaboração de cartazes; elaboração de gráficos utilizando materiais concretos como bola de isopor, garrafas pet de diferentes tamanhos etc.; apresentação em grupo do resultado de uma pesquisa em malha quadriculada usando gravuras.				
Instrumento: livro de literatura infanto-juvenil; quadro; caderno; lápis, borracha; biblioteca; sala de informática; papel cartolina; sucatas; tinta; pincel; malha quadriculada; revistas.				
Avaliação: será realizada durante as aulas, por meio da observação da participação dos alunos e o desenvolvimento de suas atividades teóricas e práticas.				
Disposição das aulas:				
6ª aula	7ª aula	8ª aula	9ª aula	10ª aula
-Retomada do conceito de gráfico. -Perguntar aos alunos para que podemos usar gráficos e lembrar das atividades feitas com gráficos de barras duplas. -Explicar sobre o gráfico pictográfico. -Ir à sala de informática para ver alguns exemplos de gráficos pictográficos no Excel. Pedir que eles montem um gráfico a partir de uma situação problema.	-Retomada da aula anterior. -Mostrar alguns gráficos pictográficos nos slides e pedir que escolham um para resolver as situações problema passadas no quadro.	-Pedir que os alunos leiam a definição de gráfico pictográfico pesquisado na biblioteca. -Pedir que os alunos façam uma pequena produção textual sobre como podem utilizar esse gráfico no dia a dia. -Ver um trecho do filme "O fantástico mundo da matemática", para que os alunos vejam como o personagem usa os gráficos no dia a dia. -Tarefa para casa: Trazer na próxima semana 3 garrafas pet de diferentes tamanhos.	-Relembrar o filme; -Separar a sala em duplas para resolver as situações problema de forma que utilizem bolas de isopor para construir os gráficos pictográficos.	-Relembrar as situações problema da aula passada e pedir que cada dupla se junte com outras, formando um grupo de até 4 pessoas, para trocarem informações (quais eram os problemas, como resolveram, como ficou o gráfico, como o confeccionaram).

ANEXOS

[Continuação...]

Disposição das aulas:				
11ª aula	12ª aula	13ª aula	14ª aula	15ª aula
-Retomada do conceito de gráfico e das atividades já realizadas com gráfico de barras e pictográfico. -Explicar sobre o gráfico de linhas. -Pedir que cada aluno leia sobre a pesquisa feita em casa sobre os lugares de passeio da cidade e da região. -Explorar os dados quantitativos das pesquisas e anotar no quadro.	-Retomada da aula anterior. -Mostrar o painel construído pela professora com os dados das pesquisas dos alunos. -Separar os alunos em grupos para que construam um gráfico de linhas a partir dos resultados sobre número de visitantes por ano, mostrados no painel.	-Relembrar sobre a pesquisa e o painel que ficou em exposição na sala. -Pedir que os grupos apresentem os gráficos elaborados	-Pedir que os alunos escolham um dos gráficos estudados durante as aulas e o construam em 3D com sucatas (tampinhas de garrafas, barban-te, garrafas pet, isopor, jornal etc.) considerando os resultados das pesquisas que realizaram e o exposto no painel.	-Depois das aulas sobre probabilidade e estatística, espero que os alunos tenham entendido que, por meio destas, podemos resolver diversos problemas do cotidiano. Dessa forma, direi para a turma que poderemos visitar um museu na semana seguinte, e que, para isso, 80% da turma precisa se comportar nos 3 dias seguintes. Direi que, para isso, precisamos mostrar à Diretora o número de pessoas que se comportaram e em quais dias. Espero que eles cheguem à conclusão de que a probabilidade pode ser usada para o cálculo, e a estatística, pode ser o meio de mostrarmos os resultados à Diretora. Faremos, então, um gráfico na folha quadriculada, com figuras.

Fonte: as autoras.

EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO

UNIDADE

IV

Objetivos de Aprendizagem

- Conhecer a práxis e os métodos de execução das ações estabelecidas por meio do planejamento, a fim de compreender os procedimentos de ensino com qualidade para a aprendizagem significativa.
- Explorar diferentes estratégias e técnicas da ação docente, para colocar em prática o planejamento com eficiência e eficácia.
- Refletir sobre as competências, habilidades e a postura necessárias para um professor com didática, a fim de aprender sobre o papel do docente e sua significância no processo de ensino e de aprendizagem.

Plano de Estudo

A seguir, apresentam-se os tópicos que você estudará nesta unidade:

- Procedimentos de ensino
- Estratégias e técnicas para ação docente
- Competências, habilidades e postura do docente



INTRODUÇÃO

Olá, seja bem-vindo(a)! Nesta unidade, apresentamos as formas de realização das ações estabelecidas por meio do planejamento. Após o registro previamente elaborado, planejado e refletido pelo professor, chega a hora de colocá-lo em prática por meio de teorias que norteiam o planejamento e, agora, a ação docente. Devemos compreender que as ações planejadas precisam ultrapassar o registro, a fim de ter significância na vida do professor e dos alunos. Por isso, a execução do planejamento se faz tão importante quanto sua elaboração.

Também tratamos sobre diferentes formas de colocar em prática o plano de aula. Dessa forma, esperamos que você, caro(a) aluno(a), inicie aqui seu conhecimento acerca dos métodos de execução do planejamento, mas continue aprofundando-o, ao longo de toda a sua vida docente, visto que esses métodos estão, sempre, sendo renovados para proporcionar um ensino eficiente e eficaz, visando a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento pleno do aluno.

Por fim, discutiremos sobre a importância da organização da e na sala de aula, bem como a postura do professor em diferentes momentos. Enquanto futuros professores, devemos saber lidar de forma ética com as situações propícias e adversas da sala de aula. A preparação do professor, para todas as circunstâncias, se inicia com a teoria, e depois, com a prática, tornando-se, posteriormente, um *looping* contínuo de teoria-prática-teoria.

Com esta unidade, esperamos que você, caro(a) aluno(a), compreenda a importância da efetivação do plano de aula por meio de práticas que facilitem o processo de ensino e também envolvam o aluno, de forma que o cativem e potencializem seu processo de aprendizagem e de desenvolvimento.



PROCEDIMENTOS DE ENSINO

Prezado(a) aluno(a), esperamos que você tenha compreendido que todas as ações escolares são norteadas por tendências pedagógicas, ou seja, por teorias da educação, bem como por filosofias que amparam a visão de mundo, de sociedade e de educação. Desde os documentos educacionais até o plano de aula, há pressupostos teóricos-metodológicos implícitos que se configuram em currículos escolares, aqui explicitados pela visão que conceitua toda a ação desenvolvida nas escolas. Ou seja, a seleção de conteúdos, passando por ações não planejadas – denominadas de currículo oculto – até as ações docentes intencionais, todas formam um currículo escolar.

A partir do planejamento realizado, que considera todos os aspectos mencionados de forma implícita ou explícita, precisamos efetivá-lo para que se torne significativo. No momento da execução do planejamento, precisamos ter em mente a práxis pedagógica, ou seja, a aliança indissociável entre a teoria e a prática. Konder (1992, p. 115) explica que:

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.

Podemos entender que a teoria aprendida, durante a graduação, nos dá base para refletir sobre nosso contexto, nossos alunos e nossos conteúdos, a partir dos quais elaboramos um planejamento e o colocamos em prática. Durante a execução do planejamento, precisamos continuar embasados em teorias educacionais, bem como nas reflexões sobre sua realização, o que une teoria e prática.

REFLITA

A teoria e a prática são como os dois lados de uma mesma moeda: apesar de diferentes, são indissociáveis. Juntas, caracterizam a práxis.

Precisamos, constantemente, realizar o exercício de ação-reflexão para ter a certeza de que o que planejamos pode ser colocado em prática, de forma eficiente e eficaz, ou se precisa ser modificado. Independentemente dos resultados ao longo do processo de implementação do planejamento, precisamos refletir sobre como as ações podem melhorar.

O mecanismo ação-reflexão garantirá, assim, ao educador, uma forma metodológica, racional e dinâmica, para a criação de um corpo de conhecimentos próprios e originais, independentes e inovadores, situados e não-restritivos. Conhecimentos que lhe possibilitarão, se o desejar, a condução mais adequada de uma ação politicamente definida (LUCKESI, 1994, p. 170).

Esse conhecimento próprio permite que o docente construa sua própria didática, específica para seus alunos, mas que é dependente de uma sequência infinita de ação-reflexão para uma nova ação. Em consonância, Freire (2001) afirma que a reflexão deve ser um instrumento dinamizador entre teoria e prática, ou seja, apenas a reflexão não basta, é necessário agir; da mesma forma, a ação sem a reflexão se torna vazia.

As formas de colocar o planejamento em ação se efetivam pelos procedimentos de ensino em busca de uma aprendizagem de qualidade. Para tanto, precisamos conhecer sobre os procedimentos de ensino, que por sua vez, estão atrelados às perspectivas teórico-filosóficas da educação que embasam os métodos de ensino. Apenas para lembrarmos, caro(a) aluno(a), na Unidade 2, vimos que cada tendência pedagógica utilizou determinados métodos de ensino. Aqui, nesta unidade, veremos os que mais se destacam na atualidade.

Os métodos são determinados pela relação objetivo-conteúdo, e referem-se aos meios para alcançar objetivos gerais e específicos do ensino, ou seja, ao 'como' do processo de ensino, englobando as ações a serem realizadas pelo professor e pelos alunos para atingir os objetivos e conteúdos. [...] métodos de ensino: estão orientados para objetivos; implicam uma sucessão planejada e sistematizada de ações, tanto do professor quanto dos alunos; requerem a utilização de meios (LIBÂNEO, 2013, p. 149).

Dessa forma, podemos compreender que método, na visão de Libâneo (2013), se iguala ao conceito de procedimento, ou seja, conjunto de ações, passos e condições que o professor utiliza para viabilizar o processo de ensino em função da aprendizagem do aluno. O referido autor ainda exemplifica: “[...] à atividade de explicar a matéria corresponde o método de exposição; à atividade de estabelecer uma conversa ou discussão com a classe corresponde o método de elaboração conjunta”. Além desses, há vários métodos utilizados pelo professor e pelo próprio aluno, por exemplo: “[...] à atividade de observação corresponde o método de observação [...]”, assim segue outros métodos de aprendizagem (LIBÂNEO, 2013, p. 149).



REFLITA

Qual método você utiliza para estudar? Ele está pautado em quais procedimentos: leitura dos textos, visualização das aulas, resumo e síntese de materiais e/ou confecção de organogramas?

Os métodos de aprendizagem condizem com o objetivo (aprender, decorar, relacionar, entre outros). Geralmente, estão ligados a nossas habilidades mais desenvolvidas (visão, audição, memória, atenção etc.), por exemplo: existem pessoas que aprendem mais quando leem os materiais da disciplina e, depois, sem olhar, escrevem uma síntese do que entenderam.

Salientado o conceito de método, não podemos confundi-lo com metodologia, ou seja, as teorias filosóficas que embasam as ações pedagógicas, por meio da visão de mundo, de sociedade e de educação. O que vamos enfatizar, neste capítulo, é o método de ensino, pois as metodologias já foram explanadas nas entrelinhas de cada tendência pedagógica apresentada nos capítulos anteriores.

Rangel (2005) salienta que existem métodos de ensino, predominantemente, individualizados e outros aplicados a grupos. No primeiro caso, o professor expõe os conteúdos de forma predominante. Há participações dos alunos, ainda que poucas ou indiretas, realizadas por meio de leituras, perguntas, relatos de caso e outros fatos. Consideramos o termo “predominante” (e não “exclusivo”) por entendermos que o aluno, ainda que diante de métodos expositivos como ocorre nas escolas tradicionais, aprende e interage com textos, reflete sobre os conteúdos e forma um conhecimento, tendo, assim, participação em sua formação escolar.

Em consonância, Libâneo (2013, p. 161) salienta que a utilização consciente desse método de exposição da matéria é

[...] um procedimento necessário, desde que o professor consiga mobilizar a atividade interna do aluno de concentrar-se e de pensar, e a combine com outros procedimentos, como o trabalho independente, a conversação e o trabalho em grupo (LIBÂNEO, 2013, p. 161).

O autor, ainda, exemplifica algumas formas de exposição, tais como verbal, demonstrativa, exemplificativa e ilustrativa. A exposição verbal é necessária quando o professor não tem possibilidade de promover o contato do aluno diretamente com o material de estudo. Nesse contexto, Libâneo (2013) afirma que a explicação sistematizada se faz necessária para despertar a atenção do aluno. Dessa forma, proporciona-se estímulos e interesse pelo conteúdo, trazendo explicações por meio de acontecimentos, leituras expressivas, entre outros instrumentos que ajudem o aluno a desenvolver suas habilidades cognitivas (atenção, memória, percepção auditiva, entre outras).

Vemos, portanto, que o método expositivo não se resume ao monólogo do professor, durante horas, à frente da turma. É necessário preparo por parte do docente, que deve cativar, trazer informações importantes, expor de forma interessante os conteúdos científicos e promover o conhecimento de todos os alunos a fim de desenvolver competências e habilidades.

A exposição demonstrativa envolve experimentos, demonstração de situações problema, dentre outros recursos com os quais o professor evidencia ou comprova o conteúdo a ser explicado (LIBÂNEO, 2013). As demonstrações proporcionam o desenvolvimento das percepções sensoriais, da imaginação, da criatividade, da atenção, da memória, entre outras.

Libâneo (2013) especifica que por exposição exemplificativa entende-se a leitura, a escrita ou a fala simples de exemplos relacionados ao conteúdo, sobretudo quando se precisa que os alunos vejam e sigam o exemplo para apreender o que está sendo ensinado. A exposição ilustrativa se caracteriza pela utilização de imagens, gráficos, cartazes, dentre outros recursos visuais, que ajudam a ilustrar o que está sendo explicado.

Rangel (2005) explana, ainda, como método de ensino individualizado, o estudo dirigido, em que o professor conduz uma mediação entre o aluno e o objeto de estudo, de forma com que o aprendiz desenvolva autonomia em seus estudos. Para tanto, é necessário ofertar momentos de leitura, pesquisa e atividades de produção individual, tais como textos, organogramas e outros meios para sintetizar o conteúdo, de forma com que o próprio aluno chegue à conclusão do que de fato aprendeu.

Como podemos observar, as aulas expositivas são indispensáveis, visto que o professor precisa apresentar o conteúdo científico para conhecimento do aluno. Contudo, esse método não se resume a uma simples técnica de fala docente e escuta discente. São necessárias técnicas que envolvam o sujeito para que desperte seu interesse, efetiva participação em sua formação e desenvolvimento de habilidades cognitivas necessárias para seu desenvolvimento. Estímulos auditivos, visuais, sensoriais, dentre outros, são de extrema relevância para que as aulas expositivas sejam significativas, demandam criatividade e saber pedagógico. Até mesmo nos estudos dirigidos não basta que o professor solicite aos alunos uma pesquisa sem ao menos explicar o que é pesquisa e como se realiza. Como o próprio nome já diz, o docente precisa conduzir os estudos do aluno.

SAIBA MAIS



O método expositivo, sem dúvida, nos remete ao ensino tradicional pelo qual ficou muito marcado. Apesar de exibir pontos negativos que devam ser superados, essa tendência possui aspectos positivos que merecem ser utilizados devido a sua eficiência e eficácia, tais como os métodos expositivos. Com a diferença de que o professor pode e deve envolver os alunos. Santos e Belmino (2013) salientam que esse método, muitas vezes, é o único utilizado pelos professores de escolas mais carentes, ou seja, de instituições que não possuem recursos tecnológicos ou ao menos materiais como mapas, painéis ilustrativos, dentre outros que possibilitem exposições e estimulem o interesse do aluno.

Apesar de o método tradicional ser o mais viável pela simplicidade, economia e praticidade, não podemos retornar ao que já foi superado e conquistado para nossa educação. Quer lembrar as características mais marcantes da tendência tradicional que já foram superadas? Veja, no final deste capítulo, uma sugestão de vídeo que aborda o tema em forma de música.

Fonte: Santos e Belmino (2013).

Em relação aos métodos aplicados a grupos, podemos afirmar que se baseiam em interações diretas, entre alunos e objetos, com a mediação do professor. Assim, o aluno se torna mais ativo na produção de conhecimento individual e coletivo (RANGEL, 2005). Alguns exemplos de métodos aplicados aos grupos são: elaboração conjunta, seminários, pesquisas e problematização.

O método de elaboração conjunta envolve a atividade da conversação, que acontece quando os alunos já possuem um conhecimento prévio do conteúdo a ser estudado, ainda que não seja sistematizado, mas que por meio das mediações e conduções do professor, tornam-se sistematizados pela partilha e construção conjunta de saberes (LIBÂNEO, 2013). Isso proporciona o desenvolvimento de habilidades como análise, reflexão e comparação. Essas conversações devem suscitar atividades mentais que visam respostas sobre as causas dos fenômenos analisados pelo grupo, de forma que reconheçam a relação entre o objeto de análise, os acontecimentos, a avaliação crítica e a busca de novos caminhos para solucionar o problema.

Os seminários são frequentes em muitas aulas, mas precisamos tomar cuidado para que não se tornem responsabilidade somente do aluno. A partir de um conteúdo, o professor separa a turma em grupos e cada um apresenta seu material à classe depois de estudos e pesquisas (LIBÂNEO, 2013). Para que não seja algo cansativo, composto apenas de exposição verbal, o professor precisa ter domínio do conhecimento científico, desse método, para conduzir uma discussão reflexiva que propicie a produção de novos saberes. Assim, os alunos podem desenvolver habilidades de expressão oral, reflexão, argumentação e persuasão.

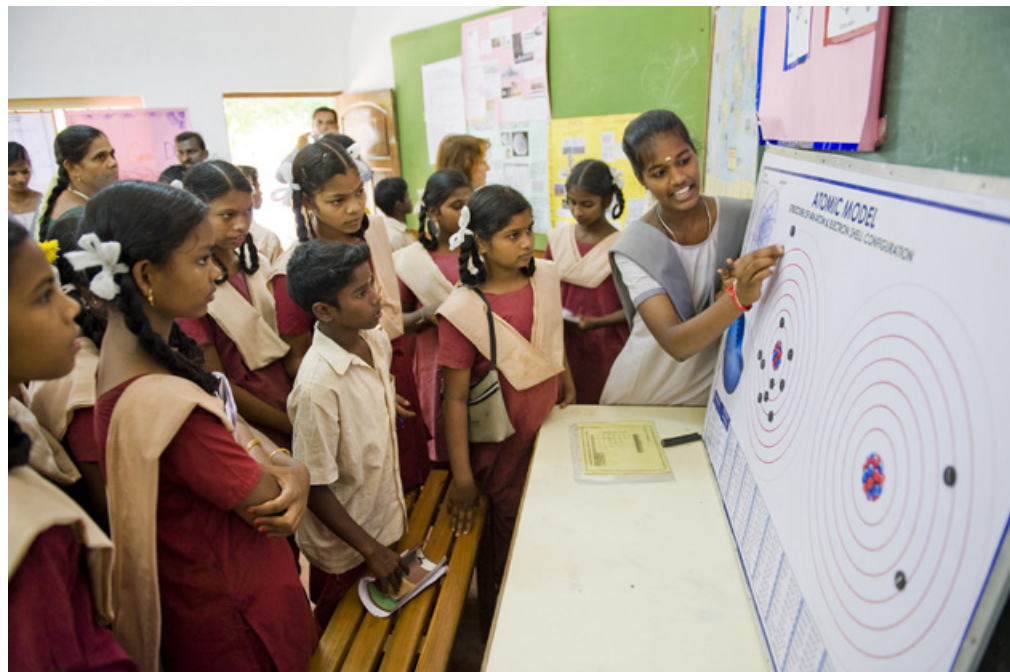
O método de pesquisa é versátil, pois se adequa a qualquer estratégia e técnica de ensino. Kuenzer (2005) explica que, para uma pesquisa de qualidade, o professor deve oferecer ao aluno materiais para além de livros didáticos, ou seja, textos científicos com fontes confiáveis (artigos de revistas científicas, periódicos, jornais); dicionários; documentários; entre outros que, inclusive, podem ser acessados pelos alunos na própria biblioteca da escola. Essa pesquisa deve ser conduzida pelo professor, ou seja, não basta indicar um tema sobre o qual o aluno deve buscar informações como tarefa de casa, sem orientações. É necessário, em primeiro lugar, explicar o que é pesquisa, onde pesquisar e porque pesquisar. Esses momentos devem ser realizados na própria escola, com a mediação do professor, até que os alunos aprendam a fazer sozinhos, de forma que consigam abstrair o conhecimento e não, simplesmente, escrever sobre o assunto e entregar para obter nota.

Ao tratarmos do método de problematização devemos considerar que este deve proporcionar a construção do conhecimento, provocação da capacidade de pensar, de representar, de relacionar e de agir e, a partir de então, de transformar a realidade. Isso porque tem sua gênese nos métodos de Freire (2001), que considerava a educação como um meio de emancipação do oprimido, a fim de que ele reconheça sua atual condição e saia dela por meio da reflexão e ação. Por isso, ao utilizarmos a problematização, lidamos mais com a fala dos discentes do que do professor, para que se possa ouvir relatos, opiniões e, a partir destes, construir novos conhecimentos que suportarão e conduzirão o caminho do sujeito crítico e reflexivo.



Vemos, portanto, que os métodos envolvendo grupos precisam atingir toda a classe com orientações e mediações do professor. Nesse meio, a produção sistematizada do conhecimento se efetiva de forma participativa, considerando o que o aluno já sabe até a (re)estruturação de novos conhecimentos, bem como desenvolvimento de competências e de habilidades cognitivas, sociais e físicas.

Os métodos de ensino são utilizados para exploração e aplicação dos conteúdos, a fim de que facilitem a apresentação dos conceitos e contextos fundamentais para compreensão da matéria e apreensão por parte do aluno. Todas essas ações precisam estar em consonância com o plano de aula. Contudo, segundo Veiga (2006), os métodos de ensino não são os únicos elementos a serem pensados como procedimentos. Temos, ainda, que levar em consideração as estratégias e as técnicas adequadas a serem utilizadas para que o aluno realmente aprenda e se desenvolva de forma atuante em sua formação, com qualidade de ensino e aprendizagem. Por isso, discutimos no item a seguir os diferentes meios que o professor possui para efetivar esses processos.



ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS PARA AÇÃO DOCENTE

Para que os métodos de ensino e aprendizagem sejam eficientes, devemos pensar como procedimentos de ensino os materiais, as técnicas e os locais que utilizaremos para potencializá-los. Se com os métodos o docente apresenta, por exemplo, os conceitos e os contextos de forma significativa, ele precisa atingir, por meio de técnicas, as metas estabelecidas com o conteúdo. Para tanto, deve considerar os objetivos estipulados, no plano de aula, e elaborar as estratégias. Para exemplificar, vamos retomar um excerto do plano de aula elaborado na Unidade 3.

Na unidade anterior, vimos como elaborar um plano de aula, em essência; nesta unidade, veremos como colocá-lo em prática, por isso precisamos conhecer diferentes procedimentos de ensino. Nesse plano de aula hipotético elencamos, como um dos objetivos, “formar cidadãos letrados”, ou seja, que saibam fazer uso social do que aprenderam. Para atingi-lo, precisamos pensar em estratégias que façam o aluno explorar o conteúdo de forma ativa, se apropriando teórica e praticamente do conteúdo, para que assim ele compreenda sua significância e o veja como um possível meio de resolver problemas cotidianos. Apenas depois

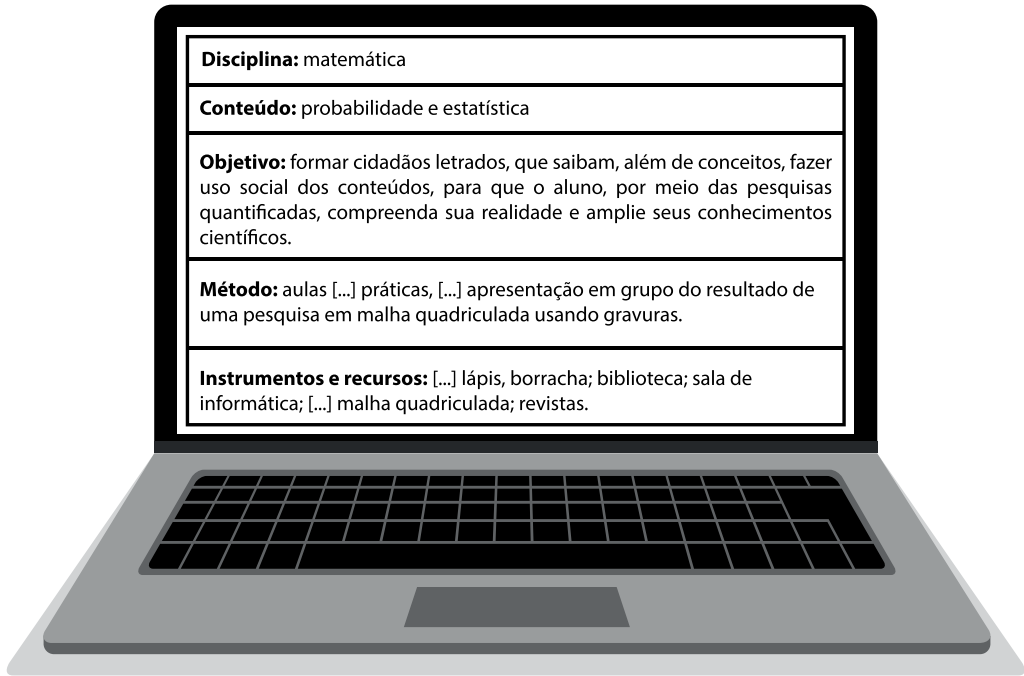


Figura 1: Excerto do plano de aula hipotético

Fonte: as autoras.

de elaborar a estratégia mais eficiente para atuação docente é que escolhemos o método para consecução dos objetivos da disciplina e elencamos as técnicas mais eficientes para o processo de ensino e de aprendizagem (VEIGA, 2006).

Por isso, levando em consideração o plano de aula apresentado, podemos adotar como estratégia o trabalho por meio de situações problema, que proporciona aos alunos, a partir de conhecimentos sistematizados, construídos por meio de pesquisas, a resolução de problemas impostos pela professora, de forma que a solução seja obtida com o uso do conteúdo apreendido. Com essa estratégia definida, pensamos em métodos práticos para que o professor envolva a turma, tais como aula prática e pesquisa, como vemos no plano de aula. Para tanto, usa-se a técnica de resolução de problemas, conta-se com instrumentos que os alunos possam manusear (lápis, malha quadriculada etc.) para concretizar o que aprenderam e fazer o uso do conteúdo, neste caso, a probabilidade e a estatística.

Na figura a seguir vemos que esses elementos do procedimento de ensino possuem diferentes opções que podem resultar em métodos distintos:

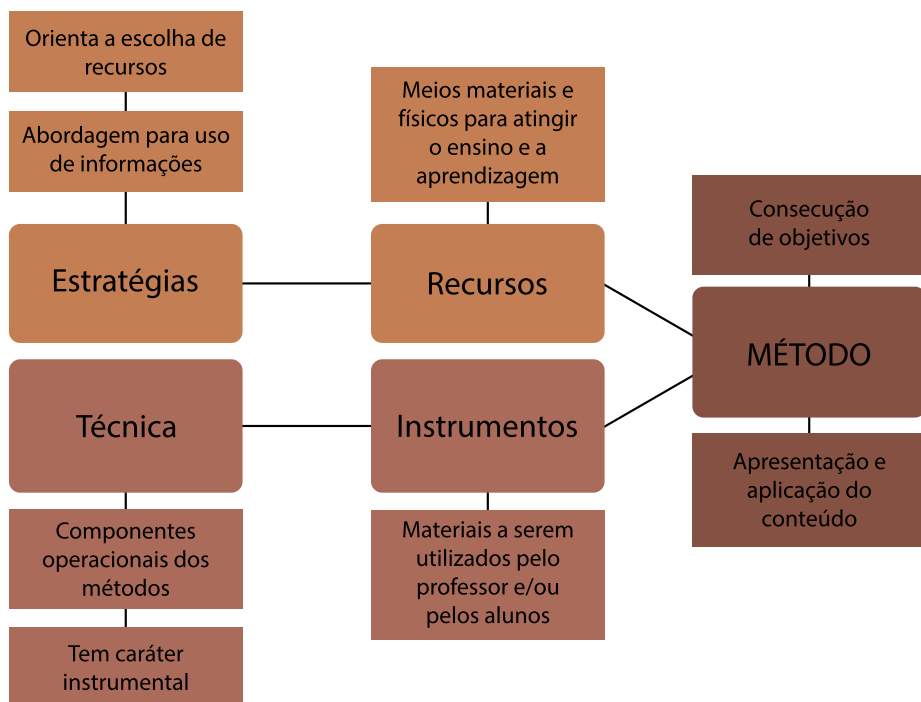


Figura 2: Procedimentos de ensino adaptado de Veiga (2006)

Fonte: as autoras.

Diante do exposto, compreendemos que cada método de ensino pode derivar de uma estratégia e de uma técnica diferente. Essa ilustração nos ajuda a pensar em algumas possibilidades para o mesmo caso. Dessa forma, quais outras estratégias e técnicas podem ser pensadas para trabalhar estatística e probabilidade com o fim de formar cidadãos letrados? Elencamos, no quadro a seguir, algumas possíveis respostas a serem exploradas, que podem ser utilizadas para diversos conteúdos e disciplinas:

Quadro 1 - Exemplos de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos para uso em sala de aula

ESTRATÉGIAS	TÉCNICAS	RECURSOS	INSTRUMENTOS
PROJETOS	-Confecção de maquetes. -Artesanatos;	-Ateliê da escola.	-Sucatas; -Isopor; -Cartolina.
METODOLOGIAS ATIVAS	-Utilização de tecnologias.	-Sala de metodologias ativas.	-Computadores.
FEIRA DE CIÊNCIA	-Realização de experiências.	-Laboratório.	-Tubos de ensaio.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Com relação aos projetos, trata-se de uma estratégia que pode ser utilizada desde a elaboração dos objetivos de um conteúdo, de uma disciplina ou, até, da escola como um todo. Podemos criar um pequeno projeto sobre estatística e probabilidade, por exemplo, ou maior, um projeto para a disciplina de matemática que durará um bimestre, ou ainda um grande projeto envolvendo toda a escola, com duração de um semestre, sobre a aplicabilidade da matemática na contemporaneidade (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998).

Algumas instituições da Educação Básica trabalham apenas com projetos, ou seja, a partir dos conteúdos curriculares elabora-se um projeto para ser desenvolvido com os alunos (de uma classe, de uma série ou da escola inteira). Para tanto, ao elaborar um projeto, precisamos pensar nos objetivos que se pretende atingir, que estão para além daqueles já estabelecidos na BNCC (2017), por exemplo, e no plano de aula, pois se volta às intenções da própria escola com os alunos, como desenvolver habilidades e competências voltadas à socialização, a funções cognitivas, dentre outras mais específicas que atendam a uma necessidade dessa escola, série ou classe.

Além de objetivos, os projetos apresentam em sua estrutura uma justificativa que explica sua necessidade, a seleção de conteúdos que irão compor os estudos, um cronograma com o tempo de duração e os prazos para execução das atividades previstas, além da avaliação, que deve ser específica. Para Hernández e Ventura (1998), essa avaliação deve ser realizada ao longo do projeto.



Figura 3: Projeto Bichos do Jardim
Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Geralmente, essa estratégia resulta na apresentação das atividades (cartazes, materiais confeccionados pelos alunos etc.) para a comunidade interna e externa. Com isso, há inúmeras questões a serem trabalhadas com os alunos, e elas vão além dos aspectos de conteúdo: abrangem responsabilidade, cuidado e estética das atividades, desenvolvimento da escrita de forma que o leitor a compreenda, reflexão, síntese e persuasão para apresentações ao público, oratória, entre outros.

Além de ser possível criar projetos para qualquer disciplina, há a oportunidade de se trabalhar com interdisciplinaridade, que, segundo Moraes (2005), é “[...] uma abordagem epistemológica que nos permite ultrapassar as fronteiras disciplinares e nos possibilita tratar, de maneira integrada, os tópicos comuns às diversas áreas”. Seguindo com nosso exemplo, podemos trabalhar a estatística e a probabilidade de forma que ultrapassem a barreira da matemática. Pode ser utilizada a interpretação textual, a análise de dados da economia do nosso país, dentre outras opções que envolvam as demais áreas científicas que a escola precisa trabalhar (português, história, geografia, ciências, educação física e artística).

REFLITA



Você já participou de algum projeto enquanto aluno na Educação Básica? Se sim, como foi? Essa estratégia de ensino costuma ser significativa, pois trabalha com experiências e outras técnicas e recursos diferentes do que vemos com frequência.

Considerando o exposto, o projeto é uma ótima estratégia de ensino. Além de organizar os saberes escolares em direção à interdisciplinaridade, como pontua Serafim e Maia (2014), faz com que o aluno seja sujeito ativo na construção do conhecimento e faça uso dos conteúdos de forma prática. Além disso, o fato de apresentar suas criações a amigos e familiares contribui para a questão afetiva, visto que será mais um motivo para aprender, fazer as atividades de forma caprichada, proporcionando satisfação e (auto) reconhecimento.

No exemplo do quadro 2, apontamos como possível técnica para projetos a confecção de artesanatos e maquetes. Contudo, há muitas outras atividades que permitem a exploração e o desenvolvimento de habilidades como percepção, motricidade, raciocínio lógico, entre outras. Quanto aos recursos, seguem o mesmo princípio, ou seja, apesar de poderem ser realizados em ateliês de arte, projetos também podem ser realizados em sala de aula, auditório, quadra esportiva e outros espaços escolares de que se disponha.

Os instrumentos são mais vastos ainda, dependem apenas da criatividade do professor, dos alunos e da intencionalidade de cada atividade. Esse conjunto de procedimentos de ensino, que utiliza como estratégia os projetos e como técnica a confecção pelas mãos dos alunos, se alia bem com o método de pesquisa, por exemplo, visto que professores e alunos precisam investigar constantemente sobre conteúdos, recursos materiais, entre outros aspectos.

Dentro de ambientes não formais de aprendizagem os projetos são utilizados com maior frequência, sendo uma prática comum e eficaz para atingir objetivos que as empresas e instituições possuem com os momentos de ensino e de aprendizagem. Nesses espaços não formais, os projetos ajudam a efetivar as atividades de ensino que o profissional utilizará com seus alunos, para atingir determinados objetivos e necessidades dos próprios sujeitos aprendizes.



SAIBA MAIS

Como já vimos em capítulos anteriores, o que caracteriza um ambiente não formal de aprendizagem é a realização de procedimentos de ensino e de aprendizagem com objetivos voltados para a atuação do sujeito em sua sociedade, sem que haja um currículo formal, como há nas escolas. Ficou curioso sobre os projetos em ambientes não formais de aprendizagem? Verifique, no final deste capítulo, em “Leitura complementar”, uma seleção de alguns projetos desenvolvidos nesses locais que podem ser seu futuro campo de trabalho.

Fonte: as autoras.

Passamos agora a conhecer as metodologias ativas, que apesar da nomenclatura não são propriamente metodologias, visto que não se trata de teorias metodológico-filosóficas da educação, mas sim estratégias que podem ser utilizadas pelo professor para ensinar seus alunos com participações mais diligentes. Devemos destacar que não se trata de algo novo, apesar de ser muito utilizado na atualidade, como salienta Abreu (2009).

Em consonância com o autor citado, vimos, na Unidade 2, que a escola nova já visava uma pedagogia ativa, com foco no aluno e sua aprendizagem. Dessa forma, as metodologias deveriam voltar-se para a aprendizagem, como preconizava John Dewey (1859-1952), o nome mais citado na corrente escolanovista.

Para Dewey (1979), a educação era como um processo de reconstrução e reorganização das experiências de cada um. Logo, não deveria ser uma imposição vertical, como ofertava o esquema tradicional, mas deveria proporcionar o controle do indivíduo sobre suas próprias experiências e personalidade. Sua concepção de educação, portanto, estava interligada à concepção de experiência, que, por sua vez, é a multiplicidade de relações existentes pelas quais os corpos agem sobre o outro (sujeito ou objeto), de forma que modifique tanto o aluno, quanto o objeto.

Essa é a essência das chamadas metodologias ativas, pois proporcionam o contato direto do sujeito aprendiz com o objeto de estudo, em uma relação de experiências que modificam o sujeito, por aprender, compreender e (re)significar

o objeto; também modificam o objeto que, para o aluno, passa a ter novos significados. Os ideais de John Dewey para a educação foram disseminados, aqui no Brasil, na década de 1930, por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação, do qual Anísio Teixeira (1900-1971), que também escreveu sobre a pedagogia de Dewey, foi um dos signatários. Vejamos um excerto que explica a importância de se trabalhar com a experiência dos alunos:

Quando os alunos estudam assuntos muito distantes de sua experiência, assuntos que não despertam curiosidade ativa alguma e que estão além do seu poder de compreensão, lançam mão, para as matérias escolares, de uma medida de valor e de realidade, diversa da que empregam fora da escola, para as questões de interesse vital. Tendem a tornar-se intelectualmente irresponsáveis; não perguntam a significação do que aprendem, isto é, não perguntam qual a diferença trazida pelo novo conhecimento para as outras suas crenças e ações (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010, p. 126).

A partir de então, as tendências que seguiram à escola nova, no Brasil, também adotaram estratégias que envolviam mais o aluno na construção de seu próprio conhecimento, de forma ativa. Como exemplo, podemos citar a tendência progressista, também já abordada em unidades anteriores, cujo maior representante foi Paulo Freire (1921-1997), que afirmava:

As crianças precisam crescer no exercício desta capacidade de pensar, de indagar-se e de indagar, de duvidar, de experimentar hipóteses de ação, de programar e de não apenas seguir os programas a elas, mais do que propostos, impostos. As crianças precisam ter assegurado o direito de aprender a decidir, o que se faz decidindo (FREIRE, 2000, p. 25).

A esse método, Freire (2000) chamava de problematização, o qual já vimos no primeiro tópico desta unidade. A valorização do diálogo é nítida na pedagogia freireana, e objetiva fazer com que o sujeito desmistifique sua condição social e seja o responsável por sua própria formação e emancipação humana. Dessa forma, a atual metodologia ativa possui semelhanças também com a teoria de Freire (2000), que, assim como a problematização da realidade e a prática reflexiva, é uma estratégia que facilita o processo de ensino, conduzindo o discente à autossuficiência ao mesmo tempo em que proporciona uma aprendizagem participativa, consciente e libertadora.

Por fim, a tendência histórico-crítica foi a grande responsável, no Brasil, pela massificação da utilização de métodos, estratégias e técnicas de ensino que consideram o sujeito, sua relação com o outro e com o objeto de estudo. Esses princípios são utilizados até hoje em diversas escolas pelo país. Com base na teoria sociointeracionista, pluralizada por Vygotsky (1991), foi possível compreender que o desenvolvimento humano se faz nas relações e nas trocas sociais, por meio de interação e mediação. Por isso, mais uma vez, a atual metodologia ativa é vista como uma adequada estratégia de ensino para alcançar os objetivos de aprendizagem.



Figura 4 - Sala invertida da Unicesumar
Fonte: Unicesumar (2018).

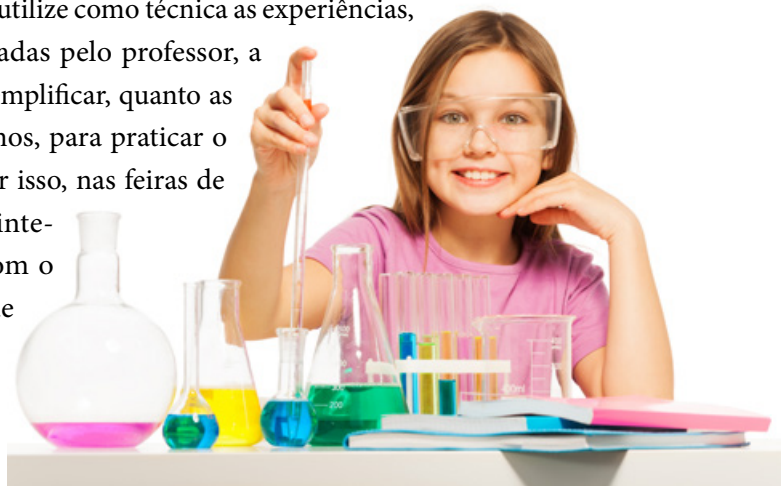
Apesar de muitos considerarem que as metodologias ativas só funcionam nos casos em que o professor utiliza instrumentos tecnológicos, vimos que isso não ocorre necessariamente, sobretudo, porque nos anos em que a tecnologia na educação ainda não era realidade, como na década de 30, já existiam alunos ativos. Hoje, contudo, com o recurso das salas informatizadas – que algumas escolas já possuem – o processo de ensino é facilitado com a estratégia da metodologia ativa. Por isso, no quadro 1 exemplificamos essa estratégia com o uso de tecnologias como técnicas de ensino, em que o docente pode proporcionar momentos de aprendizagem por meio de softwares, internet, entre outros aspectos computacionais. Pode-se, ainda,

utilizar como recurso as salas de metodologias ativas, as chamadas salas invertidas, que são diferenciadas por permitir que todos, professor e alunos, comuniquem-se, vejam-se e interajam de diversas formas. Assim, os computadores podem ser apenas um dos muitos instrumentos utilizados.

Passamos a analisar, caro(a) aluno(a), a última estratégia elencada no quadro 1. Utilizar como estratégia uma feira de ciências é considerar que o aluno é capaz de promover conhecimento a partir do que foi ensinado e aprendido, sendo isso um mérito seu, quanto professor, e dele, quanto aluno. Segundo Ormastroni (1990, p. 7), a feira de ciências é “[...] uma exposição pública de trabalhos científicos e culturais realizados por alunos. Estes efetuam demonstrações, oferecem explicações orais, contestam perguntas sobre os métodos utilizados e suas condições”.

Por meio dessa definição, vemos com quantas competências e habilidades o professor pode trabalhar além das exigidas para o conteúdo em si. Muito similares aos projetos, as feiras resultam em apresentações públicas que promovem troca de experiências, despertam a curiosidade entre os alunos, suscitam um compromisso com o saber e uma vontade de aprender, além de proporcionarem satisfação com os trabalhos bem apresentados.

O termo “feira de ciências” é utilizado para comportar todas as grandes ciências: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciência, Educação Física, Artes, entre outras. Dessa forma, as escolas podem trabalhar com uma única área ou todas elas, conforme preferir. É muito comum, para essa estratégia de ensino, que se utilize como técnica as experiências, tanto aquelas realizadas pelo professor, a fim de explicar e exemplificar, quanto as realizadas pelos alunos, para praticar o que aprenderam. Por isso, nas feiras de ciências, vemos a interação dos alunos com o público por meio de experiências, o que coloca o discente como responsável por repassar o



conhecimento.

Como recurso para realização dessas experiências, sugerimos os laboratórios (de química, de física, de biologia, entre outros), que muitas escolas possuem. Contudo, a própria sala de aula, o pátio da escola ou as quadras esportivas podem ser lócus de experiências, tudo depende do que será realizado, considerando, sobretudo, a segurança dos alunos, do professor e do espaço físico.

O tubo de ensaio é apenas um dos vários instrumentos que podem ser utilizados para experiências, afinal, quando se fala em feira de ciências, ele é a imagem mais projetada pela maioria. Contudo, se falamos em uma feira de História ou de Língua Portuguesa, por exemplo, os materiais utilizados serão bem diferentes dos tubos de química, correto? Devemos lembrar que cada instrumento está intimamente ligado aos objetivos estabelecidos no plano de aula.

Novamente, a interdisciplinaridade pode ser facilmente utilizada na ação docente. Em uma feira de Geografia, por exemplo, qual experiência mais vemos nas escolas? Seria aquela que demonstra a atividade de um vulcão? Dessa forma, para que o aluno apresente conteúdos sobre o vulcão, precisará saber o que é um vulcão, como é a atividade vulcânica, quais elementos químicos precisa utilizar para reproduzir uma atividade vulcânica, o que acontece com o solo após essa explosão, dentre outras curiosidades que façam o público se interessar pela apresentação. O trabalho, portanto, deverá ser interdisciplinar, conciliando conhecimentos de geografia, química e física, por exemplo.

Diante do exposto, caro(a) aluno(a), vemos que há muitas maneiras de colocar nosso plano de aula em ação, seja de forma mais expositiva ou mais participativa. O interessante seria um equilíbrio entre ambas, sempre, visando a formação do conhecimento e o desenvolvimento pleno do sujeito aprendiz. De todas as formas, o professor precisa dominar o conhecimento ensinado e os procedimentos de ensino que serão utilizados, para que se efetive o trabalho na prática.

Pensando nesse domínio docente é que veremos, no próximo tópico, quais são as competências e as habilidades de que um professor precisa para ter uma boa didática. Além disso, um aspecto fundamental na formação de qualquer profissional é a ética, por isso passamos adiante para compreender tais elementos essenciais do ser professor.



COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E POSTURA DOCENTE

Ao longo de nossa vida escolar temos muitos modelos de professores, alguns nos inspiram e, em alguns casos, são a razão de seguirmos a carreira docente. Esse contato com a figura docente desde a tenra idade reflete-se no (futuro) educador que seremos, pois, com base nas experiências sensoriais, afetivas e sociais, podemos reproduzir determinadas didáticas e/ou escolher um caminho totalmente contrário.

Algumas competências e habilidades são indispensáveis para o “ser docente”, bem como algumas posturas que são exigidas desse profissional dentro e fora de sala de aula. É sobre esse perfil profissional que refletiremos a partir de agora, a fim de aprender sobre o papel do professor e sua importância no processo de ensino e de aprendizagem. Para tanto, nos basearemos na Resolução nº 2 de 2015 do CNE e do Conselho Pleno (CP), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível de Ensino Superior, apresentando os princípios e condições de ensino e de aprendizagem para os acadêmicos, futuros professores, a fim de identificar as principais

competências e habilidades exigidas pelo Ministério da Educação (MEC). Também contamos com a ajuda de Philippe Perrenoud, sociólogo suíço, cujas obras fundamentam as teorias aqui expostas.

Vimos em unidades passadas que o professor precisa proporcionar atividades e momentos que privilegiem o desenvolvimento de competências e habilidades de seus alunos, ou seja, por meio do ensino planejado, o docente ajudará seus alunos a aprender a teoria dos conteúdos, realizar atividades que desenvolvam habilidades cognitivas, físicas, sociais e psicológicas, para que, por fim, desenvolvam competências por meio da teoria e da prática, para resolver problemas do cotidiano com o conhecimento científico. Para que isso seja possível, porém, o próprio educador precisa desenvolver competências e habilidades para lecionar e provocar tudo isso.

As competências, segundo Perrenoud (1999, p. 36), são “[...] importantes metas da formação. Elas podem responder a uma demanda social dirigida para a adaptação ao mercado e às mudanças e também podem fornecer os meios para apreender a realidade e não ficar indefeso nas relações sociais”. Podemos compreendê-las como domínios práticos das situações cotidianas que precisamos resolver.

A Resolução nº 2 de 2015 do CNE/CP exige que os egressos dos cursos de graduação tenham algumas competências, o que o documento chama de aptidão. Dessa forma, espera-se que os acadêmicos saiam aptos a realizarem determinadas atividades que unem a teoria e a prática aprendidas durante o curso, de forma que consigam desempenhar seu trabalho de forma satisfatória. Vejamos algumas:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; [...] III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica; [...] VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade; [...] IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais; XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros[...] (BRASIL, 2015, p. 7-8).

Essas chamadas aptidões que o MEC exige são semelhantes às competências para ensinar que Perrenoud (2000) elenca como fundamentais. Ao longo de seu livro, o referido autor explica dez competências:



Com a análise das competências sugeridas por Perrenoud (2000), verificamos que elas se dividem em quatro grandes grupos de competências de um bom professor contemporâneo, sendo: ensino, mediação, conhecimento e gestão. A competência para ensinar é indispensável, pois sem explicações claras e métodos de ensino eficazes, os alunos não aprendem. A competência para mediar o conteúdo entre o sujeito e o objeto parece algo simples, mas demanda um conjunto de habilidades complexas. A competência de conhecer é ampla, visto que envolve uma gama de conhecimentos. Já a competência de gestão envolve controle de tempo, de turma, da administração da escola como um todo, entre outros aspectos.

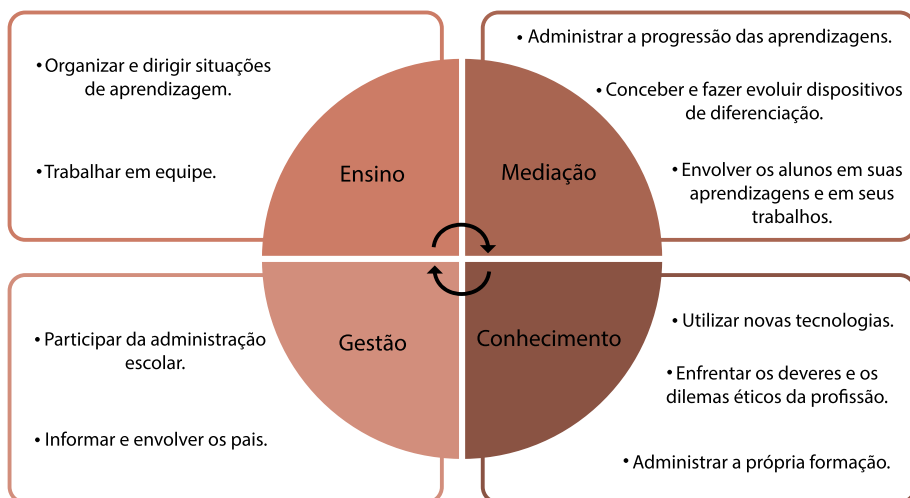


Figura 5 - As grandes competências essenciais do professor e as dez competências de Perrenoud (2000)
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Mas indissociáveis às competências são as habilidades. Uma habilidade, segundo Perrenoud (1999, p. 33), pode ser definida como uma

[...] 'inteligência capitalizada', uma sequência de modos operatórios, de analogias, de intuições, de induções, de deduções, de transposições dominadas, de funcionamentos heurísticos rotinizados que se tornaram esquemas mentais de alto nível.

Em outras palavras, caro(a) aluno(a), são as ações em si, os meios pelos quais colocaremos nossos domínios em prática para obtermos as competências necessárias e resolver os problemas.

Retomando a Resolução nº 2 de 2015, vista em parágrafos anteriores, notamos que ela ainda exige que os professores tenham três habilidades, que consideramos importante destacar nesse momento:

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; [...] **V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação**, nos processos didático-pedagógicos, **demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem**; [...] **XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos** pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos (BRASIL, 2015, p. 7-8, grifos nossos).

Ao pensarmos nas habilidades dos professores, algumas nos vem logo à mente, tais como criatividade, paciência, pesquisa e persuasão. Essas, de fato, são essenciais e algumas até já vimos ao longo das nossas unidades, mas, como cada pessoa possui sua singularidade, precisamos entender que cada professor possui diferentes habilidades. As competências e habilidades até aqui mencionadas, contudo, são indispensáveis para o ser professor e devemos lembrar que todas podem ser desenvolvidas. Caro(a) aluno(a), pensando nesse perfil, você possui as competências e habilidades para ser professor? Caso a resposta seja não, tenha calma, pois você ainda pode desenvolvê-las.

Começando pela explanação da figura sobre a grande competência de ensinar. Precisamos saber “organizar e dirigir situações de aprendizagem” (PERRENOUD, 2000) ou, segundo a Resolução nº 2 de 2015, “trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano” (BRASIL, 2015). Para tal, o professor precisa ter habilidades para colocar em prática diferentes métodos de ensino e aprendizagem, realizar boas mediações e ter bom vocabulário para se fazer entender.

Saber “trabalhar em equipe” também se faz necessário, pois o professor não atua isoladamente. Seu ensino está intrinsecamente ligado ao trabalho pedagógico da coordenação, das equipes de apoio como psicólogos e outros atores que se fazem presentes sobretudo em casos especiais de alunos que demandam acompanhamento, professores de apoio e toda a equipe de educadores. Portanto, seu ensino deve estar em consonância com todos esses personagens, o que demanda certas habilidades sociais, tais como saber ouvir, ser interdisciplinar, entre outras (PERRENOUD, 2000).

A segunda grande competência é mediar, no que se refere a “administrar a progressão das aprendizagens” (PERRENOUD, 2000). Precisamos ter habilidades como a de pesquisar, “utilizar instrumentos adequados para tanto” (BRASIL, 2015), a fim de encontrarmos novos conhecimentos científicos para apresentar aos alunos, de forma que eles passem de seu nível de conhecimento real para um mais elaborado.

O professor, para mediar, também precisa ter a competência de “conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação”, ou seja, compreender que cada aluno aprende em um ritmo diferente e por métodos diferentes. A compreensão de uma classe heterogênea é a chave para o sucesso do ensino e da aprendizagem, pois diferenciar um aluno – e sua aprendizagem – do outro exige habilidade de percepção e criatividade para elaboração de métodos diversificados, a fim de promover a aprendizagem de todos os alunos (PERRENOUD, 2000).

A grande competência de conhecer é primordial para que o professor contemporâneo saiba “utilizar novas tecnologias” (PERRENOUD, 2000); aquele que não possui essa habilidade pode se tornar obsoleto para o mercado de trabalho. Por isso, habilidades como o “domínio das tecnologias” e para “relacionar a linguagem dos meios de comunicação” para transformá-las em instrumentos de ensino e de aprendizagem são indispensáveis na atualidade (BRASIL, 2015).

A competência de “enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão” também é importante. Perrenoud (2000) explica que, com a atual sociedade, fica difícil ensinar os valores cívicos e éticos, visto que tanto fora, quanto dentro da escola vemos violência, discriminação, dentre outras injustiças que emanam da convivência social, tornando-se um ciclo em que a sociedade se reproduz porque a escola contribui, ainda que de forma inconsciente, com a reprodução desse caos. Por sua vez, a escola reproduz porque está imersa em uma sociedade desvirtuada.

Contudo, o professor precisa “[...] atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária [...]” (BRASIL, 2015, p. 1) para quebrar esse círculo vicioso e criar um novo círculo virtuoso. Para tanto, habilidades como liderança e persuasão são necessárias para ensinar e convencer desde crianças, jovens e até adultos que o respeito e a ética precisam prevalecer para uma sociedade melhor.

Ainda como competência do conhecer, o professor precisa “administrar seu próprio conhecimento” (PERRENOUD, 2000), ou seja, continuar sua formação ao longo da vida acadêmica, para tanto, habilidades como pesquisa, autoconhecimento e automotivação são necessárias para um profissional sempre atualizado e eficiente. Lembrando que também é pesquisa docente o “conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural” (BRASIL, 2015).

A última grande competência que elencamos é a de gestão. Para um professor do século XXI, a competência para gerir precisa ser bem desenvolvida, visto que ele, além de ensinar, administra seu tempo de aula, sua classe e pode até dirigir uma escola em cargos como o de diretor, atuando na gestão e organização das instituições, “planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais” (BRASIL, 2015). Ainda que o educador não assuma essa cadeira, faz-se necessário conhecer a parte de gestão da escola onde leciona, para compreender os trabalhos burocráticos que amparam seu trabalho didático em sala de aula. Para tanto, habilidades como investigação são fundamentais.

Por fim, o professor precisa ter a competência de “informar e envolver os pais” (PERRENOUD, 2000) nas questões escolares, ou segundo exige a Resolução nº 2 de 2015, precisa facilitar as “relações entre a instituição educativa, a família e a comunidade”, para isso, precisa ter a habilidade de “compreender seu papel” na formação humana (BRASIL, 2015).

Esse grupo de grandes competências, caro(a) aluno(a), demandam habilidades que formam o perfil docente exigido na atualidade. O professor de hoje precisa ser ético para lidar com todas as situações de seu cotidiano, ter múltiplos conhecimentos (teóricos, práticos, metodológicos e técnicos), ser curioso, criativo e ter disposição para realizar pesquisas e investigações de sua área de atuação, tudo para que resulte em um ensino eficiente e eficaz e promova uma aprendizagem de qualidade. Esse resultado é a didática. Um professor que tem didática é um professor que tem bem desenvolvidas as competências e as habilidades aqui descritas. Com esse resultado, as aulas são esclarecedoras, motivadoras e inspiradoras.

Esse perfil docente exigido para o professor do século XXI preconiza que ele tenha domínio de métodos e técnicas que promovam a qualidade do ensino, para tanto, até a forma de organização da sala de aula deve ser planejada. Como vimos, em tópicos anteriores, os procedimentos de ensino são amplos e cada um demanda uma organização, logo, ainda em seu planejamento, o docente precisa pensar em como será organizada a sala de aula para trabalhar com a turma, estipulando desde a disposição das carteiras (em filas, em semicírculos, em grupos etc.) até a limpeza da sala de aula. Parecem detalhes insignificantes, mas toda

a ação dentro da escola é educativa. Logo, precisamos ser exemplos e repassar essa postura. Uma sala limpa, bem iluminada e arejada, com organização adequada dos alunos e do professor sem dúvida proporciona uma aprendizagem de maior qualidade.

Precisamos, ainda, dentro da ética profissional, mencionar a vestimenta adequada dos professores, que deve sempre manter o respeito ao aluno. O que deve chamar a atenção na sala de aula é o conteúdo e não as roupas do professorado. O tom de voz também promove respeito entre os integrantes da classe; um ambiente de aprendizagem não pode ser nem extremamente silencioso, nem exorbitantemente barulhento: o equilíbrio está na fala ponderada do professor e dos alunos, bem como no cuidado com as atividades mais práticas, por isso o professor precisa pensar bem em quais serão desenvolvidas em sala, no pátio ou na biblioteca, para que não se instaure a anarquia na turma nem atrapalhe o restante da escola.

A postura docente influencia diretamente na formação do aluno, por isso precisamos pensar em cada detalhe dos processos de ensino, para que prevaleça a aprendizagem global de qualidade, por meio de aulas prazerosas e incentivadoras, que perdurarão para além do ano letivo, para a vida daquele aluno cidadão.

Pensados todos os detalhes do ensino, pautados no planejamento, ao fim desse processo é chagada a hora de verificar se tudo o que colocamos no plano de aula e executamos com os alunos foi bem-sucedido ou precisa de mudanças. Para tanto, precisamos de uma avaliação, tema da nossa próxima unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Prezado(a) aluno(a), como podemos observar, a execução do planejamento exige reflexão sobre muitos detalhes, que vão desde a escolha do método até a forma como o professor conduz suas aulas e se relaciona com os alunos. Devemos sempre lembrar que a aprendizagem é afetiva e nós, professores, somos os anfitriões desse processo, ou seja, somos os responsáveis por convidar o aluno a conhecer, a ser pesquisador. Devemos fazer isso da melhor forma, pois quando não os tratamos bem, nossos convidados se vão. Ainda que o aluno permaneça fisicamente em sala de aula, podemos perder seus pensamentos, sua atenção e sua dedicação.

Nosso objetivo inicial com esta unidade foi conhecer sobre as práxis e os métodos de execução das ações estabelecidas por meio do planejamento. Sabendo que na ação pedagógica devemos sempre aliar teoria e prática, fica fácil compreender a importância de conhecermos as tendências pedagógicas e a visão de mundo, Homem e sociedade que a escola possui, aliando com métodos que formam o sujeito esperado.

Na sequência, exploramos algumas estratégias e técnicas da ação docente, para colocar em prática o planejamento com eficiência e eficácia. Vimos que essa escolha deve considerar as concepções e a organização que a escola possui. Por fim, refletimos sobre as competências, habilidades e a postura necessárias para um professor com didática, que tem o papel de formar cidadãos críticos, reflexivos, éticos e dotados de competências e habilidades cognitivas, físicas, socioemocionais, dentre outras.

Após executarmos as ações planejadas, precisamos avaliar. A avaliação não é uma punição nem um mero processo de atribuição de notas por meio do julgamento do que o aluno realizou. Trata-se de um processo de reflexão, que avalia de forma qualitativa tanto o aluno (a fim de identificar o que ainda precisa aprender, identificar as competências e habilidades que precisam desenvolver ou potencializar), quanto o professor (para que possamos encontrar as falhas do nosso planejamento, melhorar as próximas aulas e readequar o que deu certo). Convido você, caro(a) aluno(a), a refletir sobre o processo de avaliação na próxima unidade.

ATIVIDADES



1. Freire (2001) nos ensina que todas as ações pedagógicas devem estar pautadas em teorias, da mesma forma que as fundamentações teóricas emergem de práticas já estudadas e sistematizadas. Sobre essas ações indissociáveis, é correto afirmarmos que:
 - a) O professor e o sujeito aprendiz devem sempre partir de uma teoria antes de realizarem práticas dentro do ambiente de aprendizagem.
 - b) A práxis é o elemento que define como deve ser a ação pedagógica, ou seja, a aliança entre teoria e prática, sem dicotomias.
 - c) Os alunos precisam de professores que saibam mais sobre teoria do que prática, pois um professor sem teoria não consegue dar aula, mas um professor sem prática pode usar somente a teoria.
 - d) É na prática que surge a teoria. Dessa forma, o professor deve estar mais preparado para atuar do que ter um repertório teórico.
 - e) Sendo a teoria e a prática indissociáveis, precisamos que a formação de professores forneça conhecimentos dessas duas formas, o que atualmente não acontece.
2. Libâneo (2013) aborda diferentes métodos que o professor pode utilizar a fim de promover uma aula mais dinâmica e atrativa. Considerando que métodos são conjuntos de ações utilizadas para viabilizar o processo de ensino, analise as afirmativas abaixo:
 - I. A exposição demonstrativa pode ser atrativa ao aluno pelo fato de poderem ter contato com o objeto de estudo por meio de experimentos.
 - II. A exposição verbal é um método que, se bem dominado pelo docente, pode se tornar interessante ao aluno. Podem ser feitas, por exemplo, apresentações de curiosidades sobre o objeto de estudo.
 - III. Os seminários também podem ser mais dinâmicos, na medida em que o professor os relaciona com estudos de caso. Pode-se, então, discutir sobre o objeto de estudo a partir de casos reais ou fictícios.
 - IV. O uso de computadores para realização de atividades também é um método atrativo para as gerações atuais, que vivem em contato com a tecnologia e possuem maior interesse por tais meios.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

ATIVIDADES



3. Imagine que você possui um aluno com dificuldade de atenção e planejou realizar atividades ao ar livre. Ao verificar o local, porém, percebeu que há vários detratores (movimentação intensa de pessoas, múltiplos estímulos sonoros, entre outros elementos). Dessa forma, você precisa alterar alguns elementos para potencializar o processo de aprendizagem, de forma que o aluno, que já possui uma dificuldade de aprendizagem, não seja prejudicado por esses elementos. Sendo assim, o mais coerente seria:

- a) Mudar o método de ensino, de demonstrativo a expositivo.
- b) Alterar o recurso, levando o sujeito para um ambiente com menos estímulos externos.
- c) Trocar a metodologia de ensino, substituindo o ensino ao ar livre pelo local fechado.
- d) Reformular os instrumentos de ensino, pois se o aluno tem dificuldade de atenção, precisa de instrumentos com os quais possa ver mais do que interagir.
- e) Não utilizar tendências pedagógicas, pois em casos de dificuldades cognitivas nenhuma se aplica.

4. Betina é uma adolescente muito inteligente e possui algumas habilidades invejáveis. Considerando habilidades como recursos cognitivos que nos auxiliam no desenvolvimento de determinadas atividades, assinale a alternativa que corresponde a possíveis habilidades de Betina:

- a) Bem-estar e saúde.
- b) Personalidade forte.
- c) Boa atenção e memória.
- d) Disposição para realizar atividades.
- e) Perseverança.

5. Em todos os campos de atuação, há um perfil exigido. No caso de atuações em ambientes formais e não formais, podemos elencar como necessário para o perfil do professor:

- I. Ter domínio de métodos e técnicas que promovam a qualidade do ensino.
- II. Ter competências para lidar com a diversidade.
- III. Ser um profissional ético.
- IV. Ser um pesquisador.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.



Prezado(a) aluno(a), ao longo das unidades, vimos que saber fazer um bom planejamento, bem como dominar diferentes procedimentos de ensino é necessário em todas as profissões. Isso fica mais explícito quando tratamos de um profissional que ensina e um sujeito que aprende, tanto nas escolas, que é o caso dos docentes, quanto em ambientes não formais, caso de professores, instrutores, entre outras denominações, aos quais a didática é fundamental. A seguir, apresentamos alguns projetos que são utilizados como procedimentos para a execução de planejamentos em academias, hospitais e Organizações não Governamentais (ONGs).

O primeiro ambiente que selecionamos em que há um profissional que ensina e um sujeito que aprende – logo, há promoção da aprendizagem – é a academia. Muitos acham que, ao frequentar a academia, estão apenas fazendo atividades físicas para emagrecer ou ganhar massa muscular. Na verdade, quando o personal trainer ou instrutor da academia (na condição de professor) explica ao sujeito (na condição de aluno) como executar os exercícios de forma correta e para que serve determinada atividade, está ensinando-o a cuidar da saúde (BARBANTI, 1994). Vemos, portanto, que esses profissionais também precisam ter didática para ensinar, bem como necessitam de um planejamento e procedimento de ensino para cada aluno.

Muitas academias utilizam projetos que estimulam os alunos a atingirem seus objetivos; como exemplo, o projeto verão. Segundo a pesquisa de Santos (2016), os motivos que mais levam as pessoas, atualmente, a frequentarem as academias são a busca por corpos saudáveis e por um físico mais condicionado. Nessa perspectiva, muitas dessas empresas elaboram o “projeto verão”, em que os alunos que desejam participar se inscrevem e informam seus objetivos físicos. Cada aluno e seu respectivo professor elaboram o planejamento de atividades que farão ao longo do período em que o projeto será realizado, por exemplo, três meses. Dentro desse período, os professores e alunos se dedicam a alcançar os objetivos e quem consegue pode ganhar gratificações da própria academia.

Esses projetos das academias são elaborados pelos donos em parceria com seus instrutores e demais funcionários. A empolgação com as possíveis premiações e a competitividade são apenas alguns dos aspectos que impulsionam o aluno a alcançar seu objetivo, mas para que esse e outros projetos das academias deem certo é necessário planejamento e professores com didática.

O segundo ambiente não formal de aprendizagem que abordaremos é o hospital. Como muitas crianças e adolescentes em idade escolar precisam ficar internados por longos períodos, ficam afastados da escola. Contudo, a LDBEN 9.394/96 prevê, em seu artigo 58, parágrafo 2º, a garantia à educação, mesmo quando o sujeito fica hospitalizado. Por isso temos muitos professores que atuam dentro de classes hospitalares (BRASIL, 1996). De acordo com Faria (2013, p. 43), no ambiente hospitalar, a educação implica em:





[...] utilizar práticas pedagógicas que desenvolvam ao mesmo tempo a razão, sensação, sentimento e intuição. Nesse cenário, educar vai além de transmitir conhecimentos e construir o saber sistematizado. Na verdade, a educação assume um sentido terapêutico, pois desperta no educando uma nova consciência que o faz deixar de lado a posição de pessoa hospitalizada para assumir uma postura positiva de transformação e aquisição de conhecimento.

Com esse objetivo diferenciado, nas classes hospitalares, temos projetos voltados à “Humanização do Atendimento Hospitalar”, em que o perfil dos profissionais é bem delineado, visto que precisam ser pessoas pacientes, éticas e emocionalmente preparadas para lidar com pessoas acamadas, em alguns casos em estágio terminal, a fim de promover um atendimento humano. Os professores dessa classe também precisam saber fazer planejamentos de ensino flexíveis devido às fragilidades de cada aluno/paciente. Os procedimentos de ensino devem ser cautelosamente escolhidos, devidamente esterilizados e apropriados para cada aprendiz.

Por fim, temos as ONGs, ambientes não formais de aprendizagem que promovem o ensino de muitos assuntos por meio de projetos, a fim de cooperar na superação das necessidades de determinadas comunidades em que o Estado não investe em políticas públicas. Dessa forma, cada ONG possui projetos que favorecem sua comunidade. Por exemplo, a ONG Comunidade Educacional para o Trabalho, da cidade de Lins-SP, possui projetos voltados ao desenvolvimento profissional de jovens, visto que, no início de suas atividades, a comunidade apresentava um número muito alto de pessoas sem escolaridade, que não conseguiam trabalho (CASTARANELI; SANTOS; PACHECO, 2007).

Considerando o exposto, muitas ONGs existem com diferentes objetivos e atuam por meio de vários projetos: saúde, lazer, musicalização, entre outros, que devem contar com a atuação de profissionais que possuam didática, saibam planejar e tenham conhecimento de diferentes procedimentos de ensino, para contribuir com a formação dos cidadãos que frequentam essas instituições.

Nesse contexto, caro(a) aluno(a), vemos que os ambientes não formais de aprendizagem atuam muito mais com projetos do que as próprias escolas. Portanto, é sempre bom saber como trabalhar com projetos, desde sua elaboração até a execução.

Fonte: as autoras.





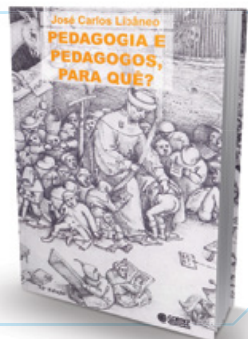
LIVRO

Pedagogia e pedagogos, para quê?

José Carlos Libâneo

Editora: Cortez

Sinopse: apesar de o título ser uma chamada para pedagogos, o conteúdo do livro aborda as práticas educativas, a didática contemporânea e o papel do professor na atualidade. Dessa forma, todos que atuam com as relações de ensino podem ler esse livro e refletir sobre os meios de se fazer educação.



FILME

Além da sala de aula

Ano: 2011

Sinopse: baseado em fatos reais, a história se passa em uma escola de abrigo, retratando o primeiro emprego da professora Stacey Bess. A escola é improvisada e a vaga de professor seria temporária, mas ao chegar no local, Stacey vê a precariedade da instituição, que na verdade é um local improvisado, sem recursos, que mal possui quadro, carteiras e merenda escolar. Isso dificulta o trabalho docente, mas por meio da trama descobrimos que a professora consegue ensinar adequadamente, superando as dificuldades e oferecendo educação de qualidade e inspiração.

Comentário: Por meio desse filme, vemos que além de estarmos preparados para dominar os procedimentos de ensino mais contemporâneos, como as tecnologias de comunicação voltadas para a educação, precisamos também dominar os procedimentos mais rudimentares, de forma que a aprendizagem seja sempre a prioridade.



NA WEB

Another Brick in the Wall Pink Floyd (1979)

<https://www.youtube.com/watch?v=YR5ApYxkU-U>

Comentário: Neste clipe vemos cenas de uma educação escolar tradicional de tempos bem remotos, em que o professor era uma figura autoritária e os alunos sujeitos passivos no processo de aprendizagem. A letra aborda o apelo de alunos da época, dizendo "[...] Nós não precisamos de nenhuma lavagem cerebral [...] Em suma, é apenas mais um tijolo no muro [...]". Os artistas criticam o abuso de poder, que muitas vezes passava de insultos verbais para castigos físicos. Vimos no decorrer dos capítulos que ao longo do tempo a sociedade e a escola superaram esses aspectos negativos da educação tradicional, mas alguns de seus métodos de ensino ainda persistem. O importante é que a educação escolar seja uma oportunidade de reflexão e emancipação humana independentemente de suas metodologias e métodos; somente assim, professores e alunos não serão vistos como "tijolos de um muro", mas, sim, parte significativa e mobilizante de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. R. P. **Contexto Atual do Ensino Médico: Metodologias Tradicionais e Ativas - Necessidades Pedagógicas dos Professores e da Estrutura das Escolas**. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

BARBANTI, V. J. **Dicionário de educação física e do esporte**. São Paulo: Manole, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 2/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: MEC, CNE, CP, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC: Educação é a base (Educação Infantil e Ensino Fundamental). Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

CASTARANELI, E. R.; SANTOS, J. P. A.; PACHECO, M. D. H. **As atividades desenvolvidas na ONG Comunidade Educacional para o Trabalho e sua contribuição para a formação integral do cidadão**. 2007. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, 2007. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/34847.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. São Paulo: Nacional, 1979.

FARIA, M. B. A escuta pedagógica e a criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital. **Interdisciplinar**: Revista Eletrônica da Univar, v. 3, n. 9, p. 41-46, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.



REFERÊNCIAS

- KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MORAES, S. E. Interdisciplinaridade e transversalidade mediante projetos temáticos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 86, n. 213/214, p.39-54, maio/dez. 2005.
- ORMASTRONI, M. J. S. **Manual da Feira de Ciências**. Brasília: CNPq, AED 30, 1990.
- PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- _____. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- RANGEL, M. **Métodos de ensino para aprendizagem e dinamização das aulas**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2005.
- SANTOS, A. A. **Os objetivos dos(as) praticantes de musculação da academia do Clube Antônio Ferreira Pacheco**. 2016. 55 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal De Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/bitstream/handle/ri/12010/TCCG%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20-%20Arthur%20Alves%20dos%20Santos%20-%202016.pdf?sequence=5&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- SANTOS, O. K. C.; BELMINO, J. F. B. **Recursos didáticos: uma melhoria na qualidade da aprendizagem**. Realize, [on-line], p. 1-12, 2013. Disponível em: <http://editora-realize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito__fde094c18ce8ce27adf61aedf31dd2d6.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.
- SERAFIM, M. S.; MAIA, J. V. Projetos escolares na teia da interdisciplinaridade: por uma aprendizagem reflexiva e integrada. **EdUECE**, Livro 1, p. 03946- 03956, 2014.
- VEIGA, I. P. A. **Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas**. Campinas: Papirus, 2006.
- VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na Idade Escolar. In: Vygotsky, L. S; Luria, A. R.; Leontiev, A. N. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes Ltda, 1991.
- WESTBROOK, R. B.; TEIXEIRA, A. **John Dewey**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.



GABARITO

1. Opção correta é a B.
2. Opção correta é a A.
3. Opção correta é a B.
4. Opção correta é a C.
5. Opção correta é a E.

